

**HERLANDER JOSÉ VEIGA COLAÇO PEREIRA**

**O VALOR PROBATÓRIO DO DOCUMENTO ELETRÓNICO  
NO DIREITO PORTUGUÊS**

Orientadora: Professora Dr.<sup>a</sup> Maria Emília Raposo

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Lisboa

2014

**HERLANDER JOSÉ VEIGA COLAÇO PEREIRA**

## **O VALOR PROBATÓRIO DO DOCUMENTO ELETRÓNICO**

### **NO DIREITO PORTUGUÊS**

Dissertação de mestrado apresentado no programa de mestrado em  
solicitadoria do ISCDE como requisito parcial para a obtenção do  
título de mestre em solicitadoria

Orientador: Professora Dr.<sup>a</sup> Emília Raposo

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Lisboa

2014

## **Dedicatória**

Para o meu queridíssimo pai, pelo apoio, incentivo  
e compreensão nos momentos difíceis.

## **Agradecimentos**

Ao meu orientador Professora Dr.<sup>a</sup> Emília Raposo.

Ao ISCAD, e ao seu corpo docente.

A meu pai, pelo seu incentivo.

A todos os meus colegas do curso de mestrado.

## **Resumo**

Para o autor de um processo judicial, a obtenção da prova por via eletrónica, é um importante meio ao seu alcance, permitindo assim uma maior destreza na resolução dos factos em causa.

A presente dissertação tem como intuito mencionar e esclarecer, analisando com minúcia, a importância da prova eletrónica para o desfecho do processo.

Para tal, utilizou-se uma metodologia qualitativa de natureza exploratória e descritiva, com a aplicação de um conjunto de referências bibliográficas de importante base científica sobre o tema.

Com o rápido desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação, e principalmente com o advento e consolidação da Internet, surgem novas questões, demandando as respostas dos operadores do Direito.

E em face das inovações da Técnica no Mundo actual, tais respostas devem ser dadas de imediato.

A evolução da sociedade confere à Investigação Criminal a necessidade de rigor e eficiência nas atividades desempenhadas.

Palavras – chave: *Direito; Direito processual; processo civil; prova; documento eletrónico.*

## **Abstract**

For the author of a lawsuit, the taking of evidence by electronic means, it is an important means in their power, allowing for greater dexterity in solving the relevant facts.

This work has as purpose to mention and clarify, analyzing in great detail the importance of electronic evidence for the outcome of the process.

To this end, we used a qualitative methodology of exploratory and descriptive in nature, with the application of a set of references to important scientific base on the subject.

With the rapid development of new communication technologies, especially with the advent and consolidation of the Internet, there are new questions, demanding answers of legal operators.

And in the face of the Technical innovations in the current world, such answers should be given immediately.

The evolution of society gives the Criminal Investigation the need for accuracy and efficiency in work activities.

Keywords - Keywords: Law; Procedural law; civil procedure; proof; electronic document

## Índice

Resumo .....	5
Abstract.....	6
Índice de Figuras .....	9
1. Introdução.....	12
Capítulo I – A informática.....	14
1.1 A Era da Informática .....	14
1.2 A Era da Internet.....	24
Capítulo II – A Prova .....	28
2.1 Resenha histórica da prova .....	28
2.2 Conceito de prova .....	34
2.3 Meios de prova.....	37
2.4 Finalidade da prova.....	42
2.5 Onus da Prova.....	43
2.5.1 A inversão do ónus da prova .....	47
2.6 Princípios aplicados à prova .....	49
2.6.1 Princípios constitucionais.....	50
2.6.2 Princípios processuais e a valoração da prova .....	51
2.7 Atividade do juiz na instrução; os poderes instrutórios do juiz.....	54
2.8 Classificação das provas .....	56
2.9 A prova no novo código civil .....	57
Capítulo III – Prova Documental.....	63
3.1 Conceito de documento .....	63
3.2 Classificação do documento .....	64
3.3 Autenticidade, subscrição e validade do documento .....	66

3.4 Documento eletrónico .....	67
3.4.1 Legislação sobre o documento eletrónico; nacional e internacional.....	68
3.5 Confiabilidade do documento eletrónico .....	71
3.6 Recursos eletrónicos capazes de imprimir segurança ao documento eletrónico ..	73
3.7 Criptografia História e conceito.....	76
3.8 Criptografia simétrica .....	79
3.9 Criptografia assimétrica .....	81
3.10 Assinatura digital .....	84
3.11 Certificação eletrónica .....	87
6. Conclusão .....	89
Bibliografia.....	92



## Índice de Figuras

Figura 1 – Princípios de Prova .....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
Figura 2 – Princípios da Prova .....	49
Figura 3 – Classificação das Provas .....	57
Figura 4 – Valor dos documentos.....	64
Figura 5 - Seis tendências de alteração da tecnologia .....	69
Figura 6 – Modelo de Suporte à Norma ISO /IE/ 17799.....	73
Figura 7 – Criptografia Simétrica.....	79
Figura 8 – Criptografia assimétrica .....	81
Figura 9 – Assinatura Digital .....	84

## **Abreviaturas e siglas**

<b>Ac.</b>	Acórdão
<b>BMJ</b>	Boletim do Ministério da Justiça
<b>C.C.</b>	Código Civil
<b>CIRE</b>	Código de Insolvência e Recuperação de Empresa
<b>C.P.</b>	Código Penal
<b>C.P.A.</b>	Código de Procedimento Administrativo
<b>C.P.C.</b>	Código de Processo Civil
<b>C.P.P.</b>	Código de Processo Penal
<b>C.R.P.</b>	Constituição da República Portuguesa
<b>DR</b>	Diário da República
<b>DL</b>	Decreto-Lei
<b>S.T.A.</b>	Supremo Tribunal Administrativo
<b>S.T.J.</b>	Supremo Tribunal de Justiça
<b>T.A.F.</b>	Tribunal Administrativo e Fiscal
<b>T.C.</b>	Tribunal Constitucional
<b>T.C.A.</b>	Tribunal Central Administrativo Norte
<b>T.C.A.</b>	Tribunal Central Administrativo Sul
<b>T.R.G.</b>	Tribunal da Relação de Guimarães

**T.R.L.** Tribunal da Relação de Lisboa

**T.R.P.** Tribunal da Relação do Porto

## **1. Introdução**

O nosso interesse pelo tema escolhido foi despertado a partir do estudo da disciplina “ Métodos de Prova “, ministrada pela Professora Doutora Emília Raposo no Instituto Superior de Ciências de Administração.

Propusemo-nos assim executar, como trabalho final, um estudo sobre a Prova obtida a partir de meio eletrónico.

O Direito está indissociavelmente ligado á vida gregária.

Não se consegue conceber a existência de uma Sociedade harmónica ou de uma Pólis organizada sem concomitantemente admitir a incidência de um complexo sistema de normas, ainda que na sua forma consuetudinária, ou mesmo de simples regras de convivência e trato social.

Esse ancestral, diga-se mesmo primordial produto da cultura humana, o Direito, tem sido ao longo dos séculos responsável pela segurança das relações jurídicas.

Tem por força disso, um indiscutível carácter conservador, contribuindo desse modo para a estabilização da vida do ser humano em sociedade.

O Direito passou ao longo dos séculos por relevantes transformações e desenvolvimentos, acompanhando sempre a evolução das sociedades onde estava inserido, sendo não raras vezes a força motriz daqueles.

Mas regra geral tais transformações aconteceram quase sempre com algum atraso e a reboque da vida social.

Nenhuma delas, porém, se pode equiparar à verdadeira revolução jurídica que rapidamente se avizinha, em consequência de uma segunda Revolução Industrial, característica desta era da Informação.

Com o rápido desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação, e principalmente com o advento e consolidação da Internet, surgem novas questões, demandando as respostas dos operadores do Direito.

E em face das inovações da Técnica no Mundo actual, tais respostas devem ser dadas de imediato.

O continuado atraso do Direito no acompanhamento da realidade social pode-se vir a transformar num fosso de difícil transposição para os Ordenamentos Jurídicos Nacionais.

Neste contexto, a presente pesquisa tem por objectivo analisar o posicionamento doutrinário bem como os projectos de Lei a respeito deste assunto, de entre os quais destacamos aqueles que, a nosso ver, melhor disciplinam a matéria.

Trataremos ainda, na medida do possível, a Jurisprudência correlata, a fim de que possamos propor e reiterar critérios eficazes o suficiente para que seja garantida a segurança de dados armazenados electronicamente, tornando assim viável a utilização da prova obtida por meio eletrónico no processo.

Iniciaremos assim a presente dissertação com um capítulo introdutório em que será tratada a evolução da chamada era da informação que foi a sequência natural da era industrial.

De seguida procederemos a um breve histórico sobre o aparecimento e evolução da Internet.

Nos capítulos seguintes, faremos um estudo sobre a prova, abordando a Teoria Geral das Provas (terceiro capítulo), na sequência trataremos da Teoria da Prova Documental (quarto capítulo), para então conceituarmos o documento electrónico, bem como os requisitos a serem observados para a sua utilização como meio de prova.

No quinto capítulo abordaremos os recursos tecnológicos capazes de imprimir segurança ao documento electrónico, mormente o que de maior interesse se reveste para o presente estudo, a criptografia assimétrica.

*In fine*, teremos as notas de cunho conclusivo referentes ao estudo feito ao longo da presente dissertação.

## Capítulo I – A informática

### 1.1 A Era da Informática

A informática tornou-se indispensável para a vida, fazendo parte integrante do quotidiano das sociedades e empresas.

O termo “Informática” é um neologismo de origem francesa, derivado da expressão *information automatique*, adoptado pelo pioneiro PHILIPPE DREYFUS em 1962, por analogia com o termo inglês *datamation*, forma aglutinada de *data automation*.

Desde que a evolução histórica da informática teve início, têm prosseguido a um ritmo acelerado o desenvolvimento e transformação dos computadores, sendo que os mesmos ocupam cada vez mais um lugar indispensável tanto na vida particular como na profissional.

Bem longe vão os tempos em que eram meros processadores de texto, pouco mais do que máquinas de escrever eletrónicas.

Os computadores, tal como os conhecemos atualmente, têm uma história assaz recente, há volta de cinquenta anos.

Porém em sentido mais amplo, a sua utilização remonta à época em que o Homem agarrou pela primeira vez numa mão cheia de pedras ou pedaços de madeira, ou traçou alguns riscos e desenhos toscos no chão, em folhas ou em placas de argila com o propósito de “guardar” alguma espécie de informação.

Guardar, de forma exterior ao seu corpo físico, por meio de representações, utilizando para tal unidades físicas ou conjuntos de unidades em substituição de números ou quantidades abstratas.

Esta é a chave, a verdadeira essência do computador: um número ou uma quantidade poderem ser representados por algo de físico, sejam traços numa superfície, marcas em papiro ou papel, contas ou nós em fios, ou a posição de “interruptores” numa área microscópica.

Porque a partir do momento em que os números possam ser expressos de um modo físico, torna-se possível proceder à sua manipulação ou alteração, e desse modo, fazer com que representem diferentes quantidades.

Neste contexto surgiu o Ábaco, considerado o primeiro computador inventado no mundo. Tem origem oriental e é composto por um conjunto de contas enfiadas em várias filas de arames, enquadrados por uma moldura de madeira.

A posição das contas relativamente aos lados da moldura representa diferentes números.

As filas são utilizadas para indicar as diferentes parcelas das somas a serem efetuadas, e o cálculo é efetuado pelo movimento das contas, seguindo um conjunto de regras pré-definido.

Muitos aparelhos inspirados no Ábaco vieram a ser construídos ao longo dos séculos por todo o mundo, sobretudo devido ao facto de esse tipo de invento facilitar enormemente o cálculo de sistemas complexos como o da numeração Romana, em que o lápis e o papel tornariam o cálculo impraticável.

Com a descoberta dos logaritmos pelo matemático Jonh Napier, conseguiu-se o avanço para a Régua de Cálculo.

O avanço seguinte foi impulsionado pelo filósofo e teólogo francês BLAISE PASCAL, com a invenção da primeira máquina capaz de realizar funções aritméticas.

Era composta de um complexo sistema de eixos e rodas dentadas, e servia na realidade para realizar as quatro operações aritméticas.

O princípio de funcionamento da “Pascalina” foi para a época tão avançado, que se manteve na sua essência inalterado até às modernas calculadoras eletrônicas.

Na segunda metade do Séc. XVII, o cientista e matemático alemão Leibnitz veio a interessar-se pela “Pascualina” e detetou algumas das suas limitações, tendo-a modificado pela introdução de um novo tipo de roda de multiplicação, o que veio a permitir que a máquina realizasse a multiplicação e a divisão como operações distintas das somas e subtrações sucessivas.

Ao mesmo tempo LEIBNITZ desenvolveu ainda a notação do cálculo diferencial, paralelamente no domínio da aritmética binária, que como é sabido se encontra na base do funcionamento dos modernos computadores.

Na sua esteira, o matemático e filósofo britânico GEORGE BOOLE foi o primeiro a demonstrar claramente que a Lógica era um ramo da Matemática e não da Filosofia.

Apoiou tal afirmação com a elaboração de um método matemático: a Álgebra Booleana.

Foi o primeiro a utilizar simbologia algébrica para denotar as operações.

Em 1792, época que precede a Revolução Industrial, nasce em Inglaterra CHARLES BOBBAGE. A este cientista e matemático se deve a conceção de uma máquina que era capaz de trabalhar segundo o método das diferenças e que podia resolver polinómios.

Nos seus componentes físicos, essa máquina diferencial, fazia não só os cálculos, como também os imprimia em papel.

Em sequência, BOBBAGE, avançou então para a construção de uma outra máquina a que veio a chamar de “computador analítico”.

A base de tal conceito era uma máquina que, contrariamente a todas as outras até então construídas, não tivesse apenas o objetivo específico do funcionamento, mas que fosse também capaz de efetuar diversas outras operações, dependendo das necessidades do seu operador num determinado momento.



Torna-se fácil de entender que ao propor este conceito, BOBBAGE tinha em mente o computador programável.

Segundo a planificação deste matemático inglês, o aparelho seria dotado de um conjunto de dispositivos destinados a introduzir instruções diversas; no interior existiria uma Unidade Aritmética ou Processador, parte da máquina a que competiria a realização dos diversos cálculos; teria uma Unidade de Controlo para assegurar as prioridades de seleção das diversas tarefas e completaria os cálculos numa sequência correta; existiria uma área de Memória, com o objetivo de guardar os números que seriam processados, e por fim um mecanismo destinado à saída da informação.

É nesta simples estrutura que se encaixam os cinco componentes essenciais de um computador.

O único elemento ainda a faltar neste processo seria o das instruções programadas.

Esta lacuna veio no entanto a ser suprida graças à invenção do mecânico francês JOSEPH JACQUARD, os famosos cartões perfurados. Todos estes Mestres foram os obreiros que lançaram os conceitos e as conceções que levaram à construção desde as fundações, da nova Revolução Mundial.

O Governo dos Estados Unidos lançou um concurso para a aquisição de um método que permitisse a efetivação de um número enorme de cálculos muito rápidos e em quantidades massivas, devido a necessidades de ordem administrativa, estatística e de censo da população.

O concurso vem a ser ganho pelo empresário norte-americano HERMAN HOLLEITH, com a apresentação de uma máquina de calcular, cuja principal inovação era a do seu funcionamento ser alimentado pela eletricidade.

O sucesso desta máquina foi de tal ordem, que o seu inventor fundou em 1924 a sua própria companhia, a IBM (*International Business Machines Corporation*).

Em 1943, entrava em funcionamento em Inglaterra um gigantesco computador desenvolvido para a satisfação de necessidades e objetivos bélicos, e que ficou conhecido como “Colossus”.

Utilizava cerca de duas mil válvulas e recebia informação a uma velocidade de cinco mil caracteres por segundo.

Somente no ano de 1951, com a criação do denominado “UNIVAC I”, teremos um computador desenvolvido para utilização comercial e não apenas para fins puramente militares.

No início da década de 50, é inventado, nos laboratórios da *Bell Telephone*, o transístor; e é com esta invenção que os computadores entram decisivamente na era moderna.

O transístor permitiu uma redução assaz dramática nos custos de produção e sobretudo no espaço ocupado.

De uma centenas de “bites”<sup>1</sup> de memória possíveis em computadores gigantescos, que ocupavam salas inteiras, saltou-se para a possibilidade de armazenamentos na grandeza dos milhões, em máquinas que pouco mais ocupavam do que o espaço de uma secretária grande.

A redução de tamanho continuou a ser efetuada por vários fabricantes, com especial destaque para a IBM, com a criação dos chamados *PC’s*, os *personal computers*, ainda volumosos, mas já relativamente transportáveis.

Nos anos 60 aparecem os computadores de quarta geração; a INTEL projeta e fabrica o microprocessador, que veio a constituir a base para toda a evolução até aos microcomputadores atuais.

O primeiro microcomputador a ser colocado no mercado foi o “Altair”.

Segundo o filósofo francês PIERRE LÉVY<sup>1</sup>, nessa época já era previsível “que os êxitos dos materiais informáticos seriam cada vez maiores. Mas, à exceção de alguns visionários ninguém podia prever, então, que um movimento generalizado de

---

<sup>1</sup> LÉVY, Pierre, *Cibercultura*, 1997

virtualização da informação e da comunicação afetaria profundamente os dados elementares da vida social.”<sup>2</sup>

Na década de 60 revela-se então um investimento na pesquisa em informática, por parte de governos e universidades, sendo na década de 70 que se dá um aprofundamento da informatização e consequentemente da sociedade em si, com o lançamento no mercado dos chamados microcomputadores.

Em 1974, BILL GATES um aluno brilhante da Universidade de Harvard, desenvolveu em conjunto com o colega PAUL ALLEN o sistema operacional do “Altair”, e cerca de um ano depois, ambos fundam a Microsoft.

Nos anos subsequentes deu-se um avanço tecnológico tal que permitiu colocar ao alcance da maioria dos cidadãos, nas suas próprias casas, maioritariamente no Mundo Ocidental mas também em grande parte dos outros países os chamados *PC's*, providos de uma apreciável quantidade e variedade de recursos tendentes á rapidez e facilidade da sua utilização.

O resultado temporal e prático desta evolução é uma extensão quase perfeita do cérebro humano: uma pequena caixa inerte que se pode transformar naquilo que quisermos, moldando-a às nossas necessidades do momento; máquina de escrever, instrumento musical, câmara fotográfica, telefone, processador ou mesmo sintonizador de imagem, calculadora, bússola ou GPS, enfim um sem número de atividades ao nosso dispor, quaisquer que sejam o tempo ou o local onde nos encontremos.

De acordo com o Dicionário de Informática, o computador é “...um equipamento elétrico capaz de aceitar dados apresentados num formato pré-estabelecido, e de os tratar para que os resultados do seu processamento possam vir a ser fornecidos como Informação.”

O processamento deverá ser executado debaixo de um programa de armazenamento externo.

---

<sup>2</sup> Segundo o Dicionário de Termos Informáticos, e da Internet, Edições Técnicas Plátano, “...byte é a quantidade de espaço de memória necessária para armazenar um carácter.”

De um modo mais simples, é um dispositivo elétrico programável, e capaz de receber, armazenar, processar e emitir e enviar dados.

Estamos portanto em presença não de um órgão, mas sim de um Sistema.

De uma forma comum e algo limitativa, quando se fala de um sistema informático, tem-se apenas em linha de conta o *hardware*<sup>3</sup>: a caixa, o monitor e o teclado com o rato nos computadores não portáteis, ou a própria caixa/computador nos portáteis.

Interessa no entanto reter que um computador se compõe na sua globalidade de cinco partes: o ser humano, os procedimentos inerentes, o *hardware*, o *software*<sup>4</sup> e finalmente os dados.

Na sociedade moderna é de realçar as tecnologias de informação e a importância que as mesmas foram adquirindo ao longo do tempo.

Vivemos hoje uma época de intensa troca de Informação, a velocidades incríveis, nunca antes imaginadas ou sequer atingidas, que nos levam por isso a repensar os nossos conceitos tradicionais de tempo e de espaço.

Hoje, com um computador pode-se fazer quase tudo: falar gratuitamente com som e imagem a um familiar que reside nos Antípodas, a um parceiro de negócios em África, encontrar um número de telefone ou outro tipo de contacto, efetuar qualquer operação bancária ou financeira, trabalhar a partir de casa ou do café, organizar férias ou a contabilidade da empresa.

No entanto, PIERRE LÉVY<sup>4</sup> considera que a cultura da digitalização, nomeadamente a cibercultura, “corresponde ao momento em que a nossa espécie, pela globalização económica, pelo adensamento das redes de comunicação, tende a formar

---

<sup>3</sup> Geralmente definido como “...o conjunto de todos os componentes físicos do computador e elementos externos que lhe podem ser agregados.”, segundo AA vários

<sup>4</sup> LÉVY, Pierre, Cibercultura, 1997

uma única comunidade mundial, ainda que essa comunidade seja – por enquanto! – desigual e conflituante.”<sup>5</sup>

Embora a transição da Era Industrial, caracterizada por meios de produção em massa, para a Era Digital ou de Informação não se ter efectuado de uma maneira assaz brusca, foi indiscutivelmente muito mais célere do que mudanças anteriores.

Esta verdadeira Revolução tecnológica possui muitas denominações: o sociólogo espanhol MANUEL CASTELLS chamou-a de Revolução das Novas Tecnologias de Informação<sup>6</sup>, o cientista americano NEGRAPONTE<sup>7</sup> preferiu denominá-la a Era da Pós-Informação<sup>7</sup> e o sociólogo francês JEAN LOJKINE chamou-a de Revolução Informacional<sup>8</sup>.

NICHOLAS NEGRAPONTE<sup>8</sup>, um dos fundadores do *Media Lab* (Laboratório de Multimédia do MIT, o *Massachusetts Institute of Technology*), e uma das maiores autoridades de Informática em todo o Mundo, salienta que “...a chama da mudança dos átomos para os bits é irrevogável, não havendo como detê-la.”<sup>9</sup>.

A rapidez da evolução da informática e o cada vez mais baixo custo dos computadores, colocando-os ao alcance de maior parte das populações mundiais, desenhando um processo de democratização no acesso aos recursos tecnológicos, é típico da chamada Era da Informação.

As grandes Corporações deste mercado investem um número de crescentes recursos financeiros na área da pesquisa, lançando cada vez mais produtos com uma melhor interacção entre a máquina e o usuário.

Segundo NICHOLAS NEGRAPONTE<sup>10</sup>, em 1972 existiriam 150.000 computadores em todo o mundo; cinco anos depois as estimativas da INTEL, fabricante norte-americana de circuitos integrados, apontavam para a produção anual de 100.000.000 de chips.

---

<sup>5</sup> Ibidem, “...toda a informação introduzida sob a forma de dados, ordenados ou não em programas ...”, AA vários.

<sup>6</sup> Neste sentido, ver: CASTELLS, Manuel. *A sociedade em Rede*, São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.29.

<sup>7</sup> Neste sentido, ver NEGRAPONTE, Nicholas. *A vida Digital*, 2ª ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.157

<sup>8</sup> NEGRAPONTE, Nicholas. *A vida digital*, p.10.

Na continuação da sua análise, NEGRAPONTE defende a noção de que vivemos já numa era de pós-informação, demonstrando que no decurso da era da informação os meios de comunicação em massa conseguiram tornar-se simultaneamente maiores e menores.

Por um lado maiores, pelas transmissões televisivas a um número elevado de espectadores, dando como exemplo os canais por assinatura, cujas transmissões são asseguradas por satélite, e por outro menores, pela especialização da informação, onde temos revistas e outras publicações destinadas obviamente a um público muito mais reduzido.

Defende o autor que a era pós-informação se caracteriza essencialmente pela personalização do serviço prestado pelos meios de comunicação.

Ora devido a esta tendência dominante, as barreiras geográficas serão derrubadas pois a vida digital prescindirá da necessidade de ter o indivíduo preso em um determinado lugar, em consequência da facilidade de acesso.

Funcionalidades como as tele tarefas estarão em máxima expansão.

Assim nascerá, segundo afirma NEGRAPONTE<sup>9</sup>, um “ser assíncrono”, um ser ausente do sincronismo, onde não existirá qualquer simultaneidade em uma conversa ou troca e partilha de informações.

Uma conversa telefónica, implica que se seja síncrono, com duas pessoas a efetuarem algo ao mesmo tempo, mas na nova vida digital proceder-se-á exatamente de forma contrária.

A vida digital oferece-nos o conforto de dispensar ou pelo menos de reduzir a comunicação em tempo real.

Um exemplo eloquente daquilo que afirma é hoje uma das maiores evoluções da informática: o correio eletrónico ou *e-mail*.

---

<sup>9</sup> NEGRAPONTE, Nicholas. A vida digital, p.26.

Trata-se de um instrumento assíncrono por excelência: alguém pode enviar uma mensagem para outrem em um determinado horário, sem que o destinatário dela tenha necessariamente de estar na sua casa ou no seu local de trabalho para a receber.

O Professor MANUEL JOÃO VAZ FREIXO<sup>10</sup>, afirma que na «comunicação de massas», as mensagens tendem a ser amplificadas e acessíveis a todos, independentemente da classe social.<sup>11</sup>

A comunicação tem tido um constante progresso, possibilitando a liberdade individual de pensamento e a sua partilha.

Continuaremos a ter os quatro meios de comunicação electrónicos<sup>12</sup> que hoje chegam a nossa casa: o telefone; o cabo; o satélite e a radiodifusão.

A transmissão de dados pelo meio digital oferece-nos no entanto a enorme vantagem de filtrar as mensagens que nos são dirigidas, o que se verifica vir a ser de grande utilidade para o destinatário.

Segundo NEGRAPONTE<sup>11</sup>, a vida digital possui quatro importantes características: a descentralização; a globalização; a harmonização e a capacitação.

A descentralização manifestar-se-á no comércio e na indústria: ligadas informaticamente, várias empresas sem vínculo algum, procurarão simultaneamente solucionar os complexos problemas que se virão a colocar na área da informática.

A globalização caracterizar-se-á pela progressiva diminuição da ingerência do Estado na vida dos cidadãos, e isso porque “... a tecnologia digital pode vir a ser uma força natural, ao conduzir as pessoas para uma maior harmonia mundial.”<sup>12</sup>

A harmonização diz respeito a uma maior cooperação entre empresas e particulares, o que levará á criação de novas linguagens que derrubarão barreiras e fronteiras.

---

<sup>10</sup> FREIXO, Manuel Vaz, Teorias e Modelos da Comunicação,

<sup>11</sup> Ver NEGRAPONTE, in A vida digita, p.165.

<sup>12</sup> Ver NEGRAPONTE, in A vida digital, p.21

A capacitação virá a ser responsável por uma cada vez maior mobilidade do indivíduo na vida moderna, o que lhe virá a proporcionar o acesso a um imenso leque de oportunidades para vir a obter a sua realização pessoal.

A evolução das vantagens poderia ser continuada, mas no reverso da medalha, começam já a manifestar-se uma série de desvantagens na nossa vida de todos os dias: o desrespeito pela propriedade intelectual, a invasão da privacidade, a pirataria de *softwares*, a apropriação de dados e sua indevida utilização, e a pior delas, o aumento do desemprego e da disfuncionalidade.

## 1.2 A Era da Internet

O sociólogo espanhol MANUEL CASTELLS considera que “ a Internet é o tecido das nossas vidas. Se as tecnologias da informação são o equivalente histórico do que foi a eletricidade na era industrial, na nossa era poderíamos comparar a Internet com a rede industrial e o motor elétrico, dada a sua capacidade para distribuir o poder da informação por todos os âmbitos da atividade humana.”<sup>13</sup>

Foi em 1969 que se deu início, por parte do departamento de defesa do governo dos Estados Unidos, a um projeto que consistia na elaboração de uma rede segura para transmissão de informação entre instituições militares. A APANET, sendo assim designada, era constituída por apenas três computadores.

Devido à rápida adesão do mundo académico, a rede foi dividida em duas, uma para as instituições militares e outra para instituições não militares.

Era a primeira, pedra no que hoje é conhecido como internet.

Segundo CASTELLS “uma rede é um conjunto de nós interligados. As redes são formas muito antigas da atividade humana, mas atualmente essas redes ganharam uma nova vida, ao converterem-se em redes de informação, impulsionadas pela Internet.”<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> CASTELLS, Manuel, A Galáxia Internet, 2001

<sup>14</sup> Ver Miguel Lemos, “Estar na Internet” Edição Mac Grow Hill” 1998 – p. 2



O investigador português MANUEL LEMOS da Universidade de Aveiro define-nos “Internet é um conserto de redes informáticas interligados por todo o Mundo.”<sup>15</sup>

O termo veria a ser popularizado por ciberespaço, conceito que foi tornado popular pelo escritor de ficção WILLIAM GIBSON.<sup>16</sup>

O magnata BILL GATES<sup>18</sup> previu em 1995 que no espaço de dez anos poderíamos aceder a partir da pacatez das nossas casas a chamada “super autoestrada da informação”. Qualquer pessoa pode aceder a internet desde que o seu pequeno computador portátil possa estar ligado a uma rede local<sup>17</sup> ou a uma rede remota<sup>18</sup>.

A internet é uma rede que interliga uma grande quantidade de redes locais que estão distantes umas das outras, é um exemplo daquilo que se designa em inglês *far wide are Net Work* ou simplesmente *wan*.<sup>19</sup>

Hoje em dia e por todo lado existem já as chamadas redes sem fios (em inglês *wireless local Network*).

O computador liga-se a esta rede local usando em circuito eletrónico designado por placa de rede.<sup>20</sup>

Estabelecida a ligação entre computador do utilizador e um computador de um ponto de acesso ao serviço de internet de um fornecedor diz-se que esta *on-line*. Dado este passo podemos dispor dos serviços de milhões de consultores, encontrar especialistas em qualquer atividade humana. Tudo pode ser encontrado na internet, catálogos de compra de diversos produtos, desde guitarras acústicas, até preços de computadores, *software* gratuito e imagens. A internet fornece também suporte ao envio de correio importante para qualquer parte do mundo. Em termos empresariais são muitas as companhias que possuem escritórios em vários pontos do globo estão a usar a internet como suporte a transição de correio eletrónico (e-mail) em substituição de sistemas particulares de comunicação, a internet é cada vez mais usada para trocar

---

<sup>15</sup> Ver “Neuro marcer”, William Gibson

<sup>16</sup> Ver “Rumo ao futuro”, Edições Mac Grow Hill, 1995

<sup>17</sup> Ver dicionário de computação. Publicação Enrique Américo

<sup>18</sup> Ver dicionário de computação, 1483, p.427

<sup>19</sup> Ver dicionário de computação, 1483

<sup>20</sup> Ver dicionário de computação, p.3

informações entre empresas quer através de correio eletrónico quer através dos sistemas de videoconferência.

A Internet é um meio que permite a comunicação à escala global, sendo que a velocidade das transformações e a propagação da Internet tem sido vertiginosa.

Os consumidores estão também a comprar eletronicamente, com mais conforto e mais barato. Quando em 1776 ADAM SMITH<sup>21</sup>, filósofo e economista escocês, apresentou uma teoria segundo a qual, se todos compradores soubessem os preços praticados por todos vendedores, e se todos vendedores soubessem quanto é que todos os compradores estariam dispostos a pagar por um determinado produto, todos os participantes no mercado poderiam tomar decisões bem fundamentadas e os recursos da sociedade poderiam ser distribuídos de forma eficaz.

Segundo BILL GATES<sup>22</sup> existem já alguns mercados que trabalham de uma forma relativamente aproximada do ideal de SMITH, dando o exemplo do mercado eletrónico em que os únicos seres humanos envolvidos na transação serão apenas o comprador e o vendedor, eliminando-se assim uma indeterminável cadeia de intermediários.

Não é só o mundo dos negócios que estas a utilizar a internet, as escolas e as universidades desenvolvem projetos interessantes que incentivam a utilização dos pensamentos básicos da internet.

O correio eletrónico é utilizado por professores e alunos na divulgação de assuntos ligados a atividade académica, sendo exemplo disso o *moodle*.

Os projetos de intercâmbio telemáticos entre escolas portuguesas e escolas estrangeiras, também refletem a expansão da Internet e o que a mesma permite em termos evolutivos e de comunicação, tanto para os alunos como para as respetivas instituições.

---

<sup>21</sup> Ver Adam Smith “Riqueza das Nações”

<sup>22</sup> Bill Gates “Rumo ao Futuro” Mac Grow Hill – 1995, p.2

Os alunos e os professores consultam as bases de dados, em busca de materiais que possam apoiar e complementar as temáticas que focalizam as aulas das diversas cadeiras. Grupos de alunos e professores trocam informação com outros utilizadores da internet sobre diversos assuntos. São cada vez mais as instituições de ensino a apresentarem as suas páginas com informação diversas.

Existe em Portugal como aliás em todo o mundo uma espécie de compromisso universal para se colocarem mais computadores com acesso à internet nas escolas e universidades.

O primeiro grande projeto de utilização das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nas escolas portuguesas foi o Minerva. Em 1996 quando surgem diversos projetos institucionais de apoio à utilização de TIC nas escolas Portuguesas dos quais se destacam o Nómio – Século XXI e o programa internet na Escola do Ministério da Ciência e Tecnologia. Em virtude de estes incentivos temos por isso uma nova geração que irá levar aos limites as potencialidades de este meio de comunicação.

Um recente relatório da Organização das Nações Unidas estima que nos finais de 2013 estarão conectadas à Internet cerca de 2,7 bilhões de pessoas, cerca de 40% da população mundial.

Existem ainda problemas a resolver para formar o acesso Universal, nomeadamente o seu custo por 90% destes 2,7 bilhões estão em países ricos ou em desenvolvimento. As nações mais pobres estão a ficar fora deste movimento.

Apesar de haver uma maior difusão da Internet, é notório que a mesma ainda não é um meio viável para todos. A Internet tornou-se num meio de comunicação e pesquisa necessário à sociedade, registando-se atualmente as mais altas taxas de utilização nos jovens.

## Capítulo II – A Prova

### 2.1 Resenha histórica da prova

A reflexão leva-nos a constatar o desenvolvimento da sociedade, as inúmeras alterações que se têm dado a nível cultural, socioeconómico e, de uma forma veloz e progressiva, a nível tecnológico.

As constantes modificações a que se tem assistido, repercutem-se nos valores e princípios dos cidadãos.

A evolução do Direito Penal e do Direito Processual Penal, bem como o similar progresso da prova, determinam as alterações que se têm verificado nos processos de recolha e apreciação da mesma.

JOSÉ BRAZ explica na que evolução histórica dos meios de prova e de obtenção de prova pode-se identificar, três grandes sistemas: Sistema primitivo, Sistema das provas legais e Sistema de prova científica.

Entenda-se por sistema primitivo, historicamente referenciado desde a Antiguidade, um sistema que advém de uma ausência de organização, da ausência de questões para esclarecer e, nalguns casos, a recorrência ao poder divino na obtenção da verdade.

De um conjunto absurdo de meios de prova que a História consigna, há a referir alguns rituais.

Transcreve-se do *Regnum Francorum* (740-900 d.C):

“(…) o acusado mergulha a mão num caldeirão repleto de água a ferver para dela retirar um objeto (...). Um penso era imediatamente feito e selado com o selo do juiz. Se o braço e a mão se curassem no prazo fixado, o acusado provava que estava inocente. Se a ferida tinha mau aspecto e não sarasse em tal prazo, a prova indicava a sua culpa (...)

*(...) O acusado com o pé direito atado à mão esquerda e o pé esquerdo atado à mão direita, era mergulhado num lago ou num rio. Se boiasse, era sinal de que a água o rejeitava porque ele era impuro, e portanto culpado. Se afundasse, presumia-se inocente (...)*<sup>23</sup>

É notória a discrepância existente entre a prova na atualidade e o que consistia a mesma nesse período, referindo como exemplo a ordália. Frequentemente usada em julgamento, este tipo de prova judiciária consistia em sujeitar o acusado ao martírio do fogo ou à imersão em água, havendo a possibilidade de ser inocentado caso resistisse ao suplício a que fora sujeito.

Segundo o Prof. JOÃO BAPTISTA LOPES:

*“ As ordálias, também denominadas julgamentos ou júzcos de Deus, foram utilizadas pelos germanos antigos e tinham por finalidade, a descoberta da verdade mediante emprego de expedientes cruéis e até mortais, como a prova pelo fogo, a prova de bebidas amargas, a prova das serpentes, a prova de Água fria, etc.”*<sup>24</sup>

A prova também podia consistir num juramento singular ou coletivo dos acusados, num duelo com o acusador, num inquérito ou num exame a um documento.

À Idade Média associa-se então a procura da verdade por meio da dor, sendo esta infligida ao réu acusado, fosse ela física ou psicológica.

Era considerada normal, a pena aplicada, sendo que naquela época, a tortura era vista como parte intrínseca dos julgamentos.

---

<sup>23</sup> JOSÉ BRAZ, “Investigação Criminal(...)”, p. 47

<sup>24</sup> LOPES, João Batista, 2002, p.19

A prova testemunhal, ainda que de uma forma mais diminuta, era encarada como relevante, sendo previamente avaliada e regulamentada de acordo com o sistema em vigor.

No que diz respeito à prova documental, independentemente de ser aceite nalguns casos, não tinha de todo a mesma importância, uma vez que como meio de comunicação, a escrita não era muito aplicada.

Em 1327 surgiu em Portugal a nomeação de “Juizes de Fora”, durante o reinado de D. Afonso IV. Com o intuito de garantir julgamentos justos, os juizes de outras povoações eram tidos como imparciais e isentos, seguindo as leis do reino e zelando pela justiça em nome do rei.

Das decisões destes magistrados podia recorrer-se à Corte ou para os chamados “Tribunais Régios” sendo que «fica guardado para os reis as apelações e a justiça maior».<sup>25</sup>

Com o Renascimento, o ordenamento jurídico foi impulsionado a aperfeiçoar-se. As imensas trocas comerciais, cidades em expansão e um lento abandono do campo por parte dos camponeses foram motivos determinantes para tal.

Em 1521 surgem as “Ordenações Manuelinas”. Todos os juizes eram obrigados a fazer estudos de jurisprudência e os recursos passavam a ser dirigidos pela “Casa de Relação Cível”, sendo esta regulamentada de forma minuciosa.

As Ordenações são compilações das leis vigentes, revelando a centralização da monarquia em Portugal e recebendo o nome dos reis que as criavam.

Com D. João III as reformas continuaram, tendo sido:

“ Reformada a ordem do processo, excluindo algumas formulas que se julgaram inúteis e sobretudo marcando prazos curtos e fatais para os termos dos litígios”.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> Marcello Caetano, História do Direito, p. 328

<sup>26</sup> ORDENAÇÕES MANUELINAS, 1984, p. 15 e 16

Filipe I de Portugal e II de Espanha, ordenaram a alteração das Ordenações Manuelinas, tendo em conta a falta de clareza legislativa das mesmas.

Daí advém as Ordenações Filipinas que, terminadas em 1595, só viriam a ser publicadas em 1603, no decorrer do reinado de Filipe II de Portugal.

Os juízes de fora continuavam a vigorar sendo que nas Ordenações Filipinas foi de destacar a criação da Relação do Porto, relativa aos recursos que provinham do Norte do país.

No entanto, com o passar do tempo, as leis não foram devidamente aprofundadas e alteradas, permitindo casos julgados sem a escrupulosa e necessária avaliação dos mesmos.

Posteriormente, tentando minimizar esta situação, a 18 de Agosto de 1769, foi publicada a Lei da Boa Razão, por indicação de Marquês de Pombal.

Contudo, e mesmo durante o reinado de D. Maria I, as diversas tentativas de reforma não foram suficientes para se conseguir uma coordenação da legislação em vigor.

Durante o regime liberal, o Decreto de 16 de maio de 1862 revela-se importante porque “ nele o poder judicial aparece pela primeira vez, como um poder autónomo, independente do poder executivo, afirmando-se expressamente a inamovibilidade dos juízes.”<sup>27</sup>

Com o decorrer do tempo, a história foi ditando as alterações no sistema judicial e fixando os meios com os quais o juiz visa a obtenção da verdade dos factos.

As alterações significativas no sistema judicial, fizeram-se sentir logo após a Revolução Industrial. O desenvolvimento tecnológico teve como alicerces, na base da sua evolução, os movimentos e ideais da Revolução Francesa, precedidos do Iluminismo.

---

<sup>27</sup> ADELINO DA PALMA CARLOS, Linhas Gerais do Processo Civil Português, 1991, p. 21

No que respeita à pena capital, JOSÉ BRAZ, salienta que Portugal foi um dos países pioneiros da Europa, sendo o terceiro país europeu a abolir a pena de morte para crimes civis, no ano de 1867. No entanto, a abolição total, de crimes de traição ou teatro de guerra, só teria lugar em 1976.<sup>29</sup>

A evolução da sociedade confere à Investigação Criminal a necessidade de rigor e eficiência nas atividades desempenhadas.

Certa é, a constante procura de novos métodos face a uma realidade em constante mutação, com a efetiva crescente ameaça, de uma criminalidade com novas metodologias e que implicam uma maior resposta às mesmas. A indispensável utilização de novas técnicas, visam conservar os princípios e valores que caracterizam a comprovação e veracidade de uma prova.

PEREIRA RODRIGUES refere que “a busca da verdade acerca de todas as coisas foi, de facto, problema que sempre inquietou os pensadores desde a antiguidade.”

De acordo com o direito antigo, a suprema de todas as provas era obtida por confissão, a «*probatio probatissima*».<sup>28</sup>

A afirmação, “prova é a demonstração da verdade dos factos alegados em juízo”, consta do Código de Seabra, artigo nº 2424º.

Por sua vez, no artigo 341º do Código Civil de 1966, considera-se que “as provas têm por função a demonstração da realidade dos factos”.

Na apreciação de uma prova, a perspetiva da realidade difere de pessoa para pessoa. Conforme a assimilação dos factos apresentados, o juiz faz a sua interpretação dos mesmos, visando a proximidade entre realidade e verdade. A primeira corresponde aos factos em si e, a segunda, a tudo o que se procura escrutinar, efetivamente descobrir, saber.

Para ANTUNES VARELA:

---

<sup>28</sup> JOSÉ BRAZ, “Investigação Criminal(...)”, p. 52



«A prova – quer extrajudicial, quer judicial – de um facto visa obter certeza absoluta, irremovível, da verificação do facto.

Provar um facto no tribunal perante o juiz não é o mesmo que demonstrar um teorema na aula para o aluno, nem será o mesmo que realizar no laboratório uma análise clínica para o cliente.

A prova, por força das exigências da vida jurisdicional e da natureza da maior parte dos factos que interessam à administração da justiça, visa apenas a certeza subjetiva, a convicção positiva do julgador. Se a prova em juízo de um facto reclamasse a certeza absoluta da verificação do facto, a atividade jurisdicional saldar-se-ia por uma constante e intolerável denegação da justiça. A prova tem, por isso mesmo, atenta a inelutável precariedade dos meios de conhecimento da realidade (especialmente dos factos pretéritos e dos factos do foro interno de cada pessoa), de contentar-se com certo grau de probabilidade do facto: a probabilidade bastante, em face das circunstâncias concretas da espécie, para convencer o julgador (que conhece as realidades do Mundo e as regras da experiência que nele se colhem) da verificação ou realidade do facto».<sup>29</sup>

Ao nível judicial tributário não existem muitos estudos quanto à prova e aos seus meios admissíveis. Segundo Rangel (1998, p. 27)<sup>30</sup> *“Toda a investigação processual resulta de uma atividade de confirmação ou prova de um conjunto de factos afirmados previamente em juízo sobre certos acontecimentos e destina-se, como finalidade última, à demonstração da realidade dos factos já alegados e que falta confirmar”. E por seu turno, o processo tributário é “o conjunto de atos concretizadores e exteriorizadores da vontade dos agentes jurisdicionais tributários”.*

Existem outros princípios legais, que estão igualmente relacionados com a prova, princípios que atravessam o direito processual, civil, penal e tributário, nomeadamente, o princípio do ónus da prova.

O princípio legal que diz respeito à Prova surge definido no artigo 655º do C.P.C., que se refere à fase de audiência, discussão e julgamento, salientando que “o tribunal coletivo aprecia livremente as provas, decidindo os juízes sobre a sua prudente

---

<sup>29</sup> FERNANDO PEREIRA RODRIGUES, “A Prova em Direito Civil”, p. 11;

<sup>30</sup> RUI RANGEL, “A Prova e a Gravação de Audiência no Direito Processual Civil”, Edições Cosmos, Lisboa, 1998, pág. 27

*convicção acerca de cada facto*”. Assim, de forma contrária ao que ocorre no regime da prova legal, o juiz não fica limitado a uma determinação prévia do valor de cada uma das provas produzidas, mas sim irá valorizar a prova, de acordo com a sua experiência e convicção de forma individual.

O Tribunal Constitucional (TC) pronunciou-se sobre o princípio da livre apreciação da prova, associado à valoração dos vários tipos de prova e meios de obtenção da prova, no Ac. Do TC nº 248/2009, de 12/05/2009, processo nº 78/79, foi suscitada a questão da “violação dos artigos 2º, 3º, nº 2 e 3, 8º nº1, 20 nº4, 32º e 202 nº2 da Constituição, do princípio do Estado de Direito.

## **2.2 Conceito de prova**

A prova representa a produção de um estado de certeza na consciência e mente do juiz, para a sua convicção condizente com a existência ou não da verdade ou falsidade de uma determinada afirmação sobre uma situação de facto, para a solução judicial.

Assim, a prova é considerada com um sentido objetivo e subjetivo, subjetivo porque consta nos meios que se destinam a fornecer ao juiz o conhecimento da verdade dos factos, por seu turno, em sentido subjetivo, salienta-se que as provas produzidas no processo geram no espírito do juiz no que se refere à existência ou não dos factos. Segundo Couture (1927) “provar é demonstrar de algum modo a certeza de um facto ou a verdade de uma afirmação” (Almeida, 1927, p.112). Segundo o autor, a prova representa “um método de averiguação, quando é de natureza penal e um método de comprovação, demonstração, corroboração da verdade ou falsidade das proposições formuladas em juízo quando se trata de matéria civil”. O mesmo significa que a natureza não é prova, e nela se converte a conexão com o facto de a provar.

Através da nomenclatura do Código do Processo Penal, no artigo 127º, a entidade competente aprecia a prova segundo as regras da experiência e a sua livre convicção. E, o principal da prova penal assenta em juízos de probabilidade e a obtenção da verdade, não tendo o juiz o fundamento racional para afirmar a certeza das suas convicções sobre os factos.

Há mais de 60 anos que alguns autores realçam a importância da fundamentação dos juízos probatórios, nomeadamente, na vigência do Código Penal de 1929, no qual se enfatizava a necessidade da livre apreciação se associar a uma explicação dos juízos probatórios. Assim sendo, a livre apreciação conecta-se com o exame crítico da prova na sentença, constituindo a liberdade de valoração e motivação de facto. O Código de 1929 não previu a fundamentação da matéria de facto e os juízos penais não a concretizavam. Quando se abordava a especificação dos factos provados, era seguida a decisão sobre a questão de direito. Igualmente, a doutrina sobre o exame das provas já era considerada obrigatória, por a aplicação do regime que vigorava no processo civil desde 1961, o qual não vingou na jurisprudência<sup>31</sup>.

No processo penal português do futuro, em resultado com os princípios informadores do Estado de Direito Democrático e, igualmente, no respeito pelo efetivo direito de defesa, que está descrito no artigo 32º, nº 1 e artigo 210º, nº1, da CRP, requer-se que a indicação das provas e dos meios de prova servem para formar a convicção do tribunal e, essencialmente, a expressão dos motivos de facto que fundamentam a decisão<sup>32</sup>.

Segundo Pinto (2005)<sup>33</sup> as exigências de fundamentação das decisões judiciais não são uniformes, devem sim ser objeto de um dever de fundamentar com especial intensidade. Por esta razão os pontos principais de exigência da fundamentação da matéria de facto, seja ela provada ou não provada, variam consoante a singeleza ou complexidade do caso, e simultaneamente, o maior ou menor grau de evidência das provas. Através das inúmeras classificações das provas, a mais importante é a que distingue as provas diretas e indiretas, segundo Taruffo, tem como base a conexão entre o facto objeto do processo e o facto que constitui o objeto material e imediato do meio de prova. Desta forma, os mesmos enunciados estão relacionados com o mesmo facto, designam-se de **provas diretas**, no caso em que os meios de prova constam sobre um enunciado relacionado com um facto diferente, através do qual se pode retirar uma

---

<sup>31</sup> MAIA GONÇALVES, Código de Processo Penal anotado, p. 855

<sup>32</sup> MARQUES FERREIRA, Jornadas de Direito Processual Penal, O Novo Código de Processo Penal, 1988, 229/30

<sup>33</sup> CFR. ANA LUÍSA PINTO, A Celeridade no Processo Penal: O Direito à Decisão em Prazo Razoável, p. 75 e Acs TC 680/98, 281/2005 e 63/2005 ali citados

inferência condizente com um facto relevante, são as **provas indiretas**. Logo, existe uma relação ou conexão entre os factos e as provas<sup>34</sup>.

Segundo Ferreira, “*são mais frequentes os casos em que a prova é essencialmente indireta do que aqueles em que se mostra possível uma prova direta*”. A qual, segundo o autor consente mais erros<sup>35</sup>, e pressupõe “grande capacidade e bom senso do julgador”.

Através do processo penal é previsto para os crimes, meios específicos de obtenção e produção de prova. Este, não inclui as regras de valoração, mas mantém legítimo o uso da prova indireta.

O acórdão STJ de 06/10/2010, descrito por Henriques Gaspar refere:

*“O julgamento sobre os factos, devendo ser um julgamento para além de toda a dúvida razoável, não pode, no limite, aspirar à dimensão absoluta de certeza da demonstração acabada das coisas próprias das leis da natureza ou da certificação cientificamente cunhada”.*

O âmbito do direito processual civil, bem como o princípio da livre apreciação da prova encontra-se limitado por exigências legais que impõem que a produção da prova se faça somente com recursos a determinados meios de prova.

---

<sup>34</sup> Taruffo, La Prueba, p. 60

<sup>35</sup> Cavaleiro de Ferreira, Curso de Processo Penal, II, p. 289

## 2.3 Meios de prova

São constituídos meios de prova:

- a) ***Prova documental***, que consiste na apresentação de documentos que se destinam a fazer a prova dos fundamentos da ação ou da defesa com o articulado em que se aleguem os factos correspondentes, (artigo 523º CPC)
- b) ***Prova por confissão*** que está descrita no artigo 552º e seguintes do Código de Processo Civil
- c) ***Prova pericial***, que se faz através do arbitramento que pode consistir em exame, vistoria, ou avaliação (artigo 568º CPC). Estes exames e vistorias visam a averiguação efetuada por peritos, de alguns factos que tenham deixado vestígios ou que sejam alvo de inspeção ou exame ocular.
- d) ***Prova por inspeção judicial*** que ocorre quando o tribunal julga conveniente a inspeção de coisas ou pessoas para se esclarecer de algum facto que interessa para a decisão de causa (artigo 612º CPC).
- e) ***Prova testemunhal*** que consiste no depoimento de pessoas desde que não sejam inábeis por incapacidade natural.

No que se relaciona com a perícia descrita nos artigos 158º a 184º do CPP, pode-se referir que representa o exame realizado por profissional com os conhecimentos técnicos, com a finalidade de auxiliar o julgador na formação da sua convicção. Da mesma forma, o laudo pericial representa o documento que é elaborado pelos peritos, e que resulta do que foi examinado na perícia. Esta pode ser realizada na fase de inquérito policial ou do processo, a qualquer dia (artigo 161º CPP). A autoridade que determinar a perícia e as partes poderão oferecer requisitos até ao ato.

De acordo com o artigo 159º, § 5º, I. do CPP, no que está relacionado com as perícias, que as partes podem, no decorrer do curso do processo judicial, requerer a

oitiva dos peritos no sentido de poderem esclarecer a prova ou responderem aos quesitos, desde que o mandato de intimação seja encaminhado com uma antecedência de 10 dias. Se houver requerimento das partes, o material probatório que serve de base para a perícia poderá ser disponibilizado no ambiente do órgão oficial, que mantém a sua guarda (art. 159, § 6º, do CPP).

Ocorre, por outro lado que a justiça poderá estar condicionada pelo facto de não atuar em tempo real. E neste caso, terá como objetivo a reconstituição possível, prática e legalmente admissível dos factos pela recolha e apreciação da prova<sup>36</sup>.

O Código Penal em vigor trata dos exames como meios de obtenção de prova nos artigos 171º, 172º e 173º, ou seja, está descrito que:

#### ARTIGO 171º

(Pressupostos)

*“1- Por meio de exames das pessoas, dos lugares e das coisas, inspecionam-se os vestígios que possam ter deixado o crime e todos os indícios relativos ao modo como e ao lugar onde foi praticado, às pessoas que o cometeram ou sobre as quais foi cometido.*

*2- Logo se houver notícia da prática de crime, providencia-se para evitar, quando possível, que os seus vestígios se apaguem ou alterem antes de serem examinados, proibindo-se, se necessário, a entrada ou o trânsito de pessoas estranhas no local do crime ou quaisquer outros atos que possam prejudicar a descoberta da verdade.*

*3- Se os vestígios deixados pelo crime se encontrarem alterados ou tiverem desaparecido, descreve-se o estado em que se encontram as pessoas, os lugares e as coisas em que possam ter existido, procurando se, quanto possível, reconstruí-los e descrevendo-se o modo, o tempo e as causas da alteração ou do desaparecimento.*

---

<sup>36</sup> O que implica dizer que “este condicionamento, evidente por natureza, implica que os juízos feitos sobre os factos ocorridos no mundo causal não sejam destes contemporâneos e não se baseiem num conhecimento directo por parte das várias instâncias de decisão processual” in Defesa Criminal Activa..., op.cit, p. 50.

*4- Enquanto não estiver presente no local a autoridade judiciária ou o órgão de polícia criminal competentes, cabe a qualquer agente da autoridade tomar provisoriamente as providências referidas no nº 2, se de outro modo houver perigo iminente para obtenção da prova.”*

#### *ARTIGO 172º*

##### *Sujeição a exame*

*“1- Se alguém pretender eximir-se ou obstar a qualquer exame devido ou a facultar coisa que deva ser examinada, pode ser compelido por decisão da autoridade judiciária competente. [sublinhado nosso]*

*2- Os exames suscetíveis de ofender o pudor das pessoas devem respeitar a dignidade e, sempre que, o pudor de quem a eles se submeter. Ao exame só assistem quem a ele proceder e a autoridade judiciária competente, podendo o examinando fazer-se acompanhar de pessoa da sua confiança, se não houver perigo na demora, e devendo ser informado de que possui essa faculdade.”*

#### *ARTIGO 173º*

##### *Pessoas no local do exame*

*“1- A autoridade judiciária ou o órgão de polícia criminal competentes podem determinar que alguma ou algumas pessoas se não afastem do local do exame e obrigar, com o auxílio da força pública, se necessário, as que pretenderem afastar-se a que neles se conservem enquanto o exame não terminar e a sua presença for indispensável.*

*2- É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 171º, nº 4.”*

Um exame representa um meio de obtenção de prova, e implica necessariamente que se inspecione, se observe ou se examine uma pessoa, um local ou uma coisa.

Através do qual, após a inspeção se registem de forma documental, em auto, quaisquer vestígios que possa ter deixado o crime<sup>37</sup>.

O exame é meio de obtenção de prova e exige a intervenção humana, pois todos os suportes técnicos de observação ou representam produto da redução da percepção a escrito ou resultado da integração do documento<sup>38</sup>.

Os exames permitem, deste modo, aos sujeitos processuais a racionalização e a cristalização de uma observação indireta. Não impedindo que a observação seja efetuada diretamente pelo tribunal. Este aspeto consta do artigo 354º do Código de Processo Penal, sob a epígrafe de “*exame no local*”, quando se refere que “*o tribunal pode, quando o considerar necessário à boa decisão da causa, deslocar-se ao local onde tiver ocorrido qualquer facto cuja prova se mostre essencial e convocar para o efeito os participantes processuais cuja presença entender conveniente*”<sup>39</sup>.

Sem esquecer a matéria dos conflitos de direitos constitucionalmente consagrados, que terão que ser sempre resolvidos com a prevalência dos direitos fundamentais da concreta pessoa humana visada, e sobretudo a proteção da dignidade da pessoa humana (arº 1º da CRP), a salvaguarda da garantia de inviolabilidade da

---

<sup>37</sup> Cfr. de Fernando Gonçalves e Manuel João Alves, o seu Os Tribunais, as Polícias e o Cidadão – o processo penal prático, 2ª ed.; Coimbra, Almedina, 2002; p. 192. Ai se diz ainda que “se os vestígios deixados pelo crime se encontrarem alterados ou tiverem desaparecido, descreve-se o estado em que se encontram as pessoas, os lugares e as coisas em que possam ter existido, procurando-se, quando possível, reconstituí-los e descrevendo-se o modo, o tempo e as causas da alteração ou do desaparecimento”.

<sup>38</sup> Conforme se decidiu no Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa proferido em 10/01/94 e publicado na CJ, Ano XIX, 1994, Tomo I, p. 140: “I-O especial valor probatório atribuído por lei aos autos de notícia – fé em juízo – não põe minimamente em causa as garantias de defesa do arguido na medida em que este, na audiência do julgamento, pode produzir prova em ordem a informar o que daquele auto conste. II- A utilização do radar pelas autoridades policiais depende de prévia aprovação da D.G.V. e, tratando-se de aparelhos técnicos especializados, merecem especial credibilidade, não constituindo “exame” no sentido jurídico-penal de termo e daí que não esteja sujeita às disposições legais que regulam a realização dois exames. III- Assim, porque a utilização do radar não é um exame, mas apenas um meio de detecção de infracções, cujo «modus operandi» e fiabilidade podem ser postos em causa em sede de julgamento, não ocorre qualquer inconstitucionalidade artº. 32 da Constituição”.

<sup>39</sup> Recordando o já vetusto Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa proferido em 29/04/91 nele se decidiu que “I- Não tendo o ‘exame ao local’ sido requerido na acusação deduzida pelo Ministério Público, só se justificaria o deferimento dessa diligência, requerida durante a audiência de julgamento, se considerasse que face às provas produzidas no julgamento o exame poderia revelar idoneidade para influir na decisão final. II- Revelando-se a realização desse exame totalmente inócua inapta para influir na convicção do Tribunal resultante da produção da prova e da discussão da causa efetuada, o seu deferimento redundaria em prática de ato inútil; o que lhe está vedado. (artigos 539 nº 5 e 443 do Código de Processo Penal de 1929)”.



integridade moral e física das pessoas (artº 25º nº 1 da CRP) e a imposição da nulidade de todas as provas obtidas mediante tortura, coação e ofensa da integridade física ou moral da pessoa (artº 32º nº 8 da CRP), há que ter em conta, desde logo, os limites intransponíveis dos métodos proibidos de prova, tal como estão consagrados, em termos gerais, no artº 126º do Código de Processo Penal que estatui que:

*1.São nulas, não podendo ser utilizadas, as provas obtidas mediante tortura, coação ou, em geral, ofensa da integridade física ou moral das pessoas.*

*2.São ofensivas da integridade física ou moral das pessoas as provas obtidas, mesmo que com consentimento delas, mediante:*

*a) Perturbação da liberdade de vontade ou de decisão através de maus tratos, ofensas corporais, administração de meios de qualquer natureza, hipnose ou utilização de meios cruéis ou enganosos;*

*b) Perturbação, por qualquer meio, da capacidade de memória ou de avaliação;*

*c) Utilização da força, fora dos casos e dos limites permitidos pela lei;*

*d) Ameaça com medida legalmente inadmissível, bem assim, com denegação ou condicionamento da obtenção de benefício legalmente previsto;*

*e) Promessa de vantagem legalmente inadmissível.*

3. Ressalvados os casos previstos na lei, são igualmente nulas as provas obtidas mediante intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações sem o consentimento do respetivo titular.

4. Se o uso dos métodos de obtenção de provas previstos neste artigo constituir crime, podem aquelas ser utilizadas com o fim exclusivo de proceder contra os agentes do mesmo.

No sentido restrito, a prova representa a demonstração inequívoca da realidade dos factos ou da existência de um ato jurídico e, num sentido mais lato, é igualmente, o processo ou o conjunto de procedimentos que como final a demonstração.<sup>40,41</sup>

**Exame de corpo de delito.** Corpo de delito é o conjunto de vestígios deixados pelo crime.

O exame de corpo de delito, direto ou indireto, é indispensável nas infrações que deixam vestígios, não podendo supri-lo nem mesmo a confissão do acusado, nos termos do art. 158 do Código de Processo Penal. Se não for possível o exame direto, isto é, no próprio corpo do delito, admite-se a realização pela via indireta, por meio de elementos periféricos, como a análise de ficha clínica de paciente que foi atendido em hospital.

**Exceção:** nos termos do art. 167 do Código de Processo Penal, se não for possível a realização do exame, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

## 2.4 Finalidade da prova

Para uma pretensão resistida, as partes apresentam a faculdade de recorrer ao juiz, para que este decida qual delas tem o direito. Assim, para que o magistrado tenha as condições necessárias para proferir o julgamento, deve ser analisado todas as questões exclusivamente de direito e de facto.

---

<sup>40</sup> No processo penal “...em momento prévio ao da aplicação da lei, está desde logo em causa a constatação e a verificação da ocorrência do facto criminalmente relevante, bem como a definição exacta das circunstâncias e condições de ocorrência do mesmo, a fim de possibilitar a total fundamentação da decisão”, cfr. de Francisco da Costa Oliveira; Defesa Criminal Activa – guia da sua prática forense; Coimbra, Almedina, 2004; p.50.

<sup>41</sup> “Demonstrar a realidade dos factos que interessa conhecer para aplicação do direito e alcançar um juízo de certeza sobre esses factos, ou seja, a verdade. A verdade é a correspondência do juízo formado com a realidade. O juízo humano é, porém, falível, e daí que a certeza do juízo possa ser uma certeza absoluta, objectiva, ou meramente subjectiva, uma convicção. Distingue-se efectivamente o juízo histórico do juízo lógico. No juízo lógico é pressuposta a certeza das premissas, a conclusão do silogismo é exacta. O juízo histórico respeita à verificação de factos e por isso mesmo pode conduzir a resultado inseguro, é uma incerteza, não absoluta, mas relativa. A razão está em que o juízo lógico é hipotético: dá como verificadas as premissas e incide sobre a relação daquelas com a conclusão. O juízo histórico incide sobre as próprias premissas, sobre uma realidade.

De uma forma geral, a finalidade de prova é a procura da verdade dos factos que é direcionada para a convicção do juiz, ao mesmo tempo que demonstra a existência dos factos. É através da livre apreciação das provas pelo magistrado que se fundamenta as decisões judiciais.

## 2.5 Onus da Prova

A regra representa em Direito um determinado facto, tem a obrigação de prova-lo e, é o que designa de ónus de prova. O artigo 342º do CC preceitua esta regra.

O ónus da prova é uma importante ferramenta de lógica utilizada para a definição de quem é a pessoa responsável por sustentar uma proposição ou conceito. Determina a pessoa responsável e disponibiliza as provas necessárias para sustentá-la. O ónus da prova tem como princípio que toda a proposição precisa de sustentação, de prova para ser levada em consideração.

De uma forma geral, o ónus da prova não significa uma obrigação, isto porque a obrigação nasce do não cumprimento de um dever jurídico. Neste caso concreto, quem não cumprir uma obrigação de forma voluntária será forçado a prestá-la. Se existe então uma obrigação é porque existe um direito subjetivo de alguém conexo a ela. Tem-se como exemplo, o caso do devedor, que tem a obrigação de pagar, e do credor que tem o direito à prestação. O ónus não pressupõe a existência do direito de outrem, isto porque o detentor do ónus é que tem o maior interesse em cumpri-lo. Se o negar a efetuar sofrerá as consequências que terminam num julgamento desfavorável, no caso em que o juiz não estiver convencido sobre as questões de facto.

O ónus da prova pode ser descrito e analisado segundo duas formas, a subjetiva e a objetiva.

**A forma subjetiva** relaciona-se com a distribuição do ónus às partes, pelo que o ónus da prova somente interessa ao autor e ao réu, mas não ao juiz. Deste modo, ambas as partes cientes do seu ónus, devem tomar as medidas que são suficientes para o cumprir, sob a pena de ter o pronunciamento desfavorável.

**Na forma objetiva** o ónus da prova interessa ao magistrado que tem como dever a busca da verdade dos factos para formar a sua convicção e, não às partes. Através do

processo civil atual, o ónus da prova pode ser analisado sob as duas formas, em simultâneo, pelo facto de atribuir a obrigação de procurar provas e às partes de produzi-las sempre que apresentarem condições.

**O conceito legal do ónus** da prova é notoriamente complexo e ambíguo. Vários tipos de cargas de prova foram distinguidos, como a carga de persuasão, fardo de produção e carga tática da prova, e estas noções foram descritas por diversos estudiosos de diferentes maneiras. Eles também têm sido associados diversas maneiras com noções como presunções, padrões de prova e mudanças e distribuições de encargos da prova. O que aumenta a complexidade é que diferentes sistemas jurídicos descrevem e tratam o ónus da prova de diferentes maneiras. Por exemplo, no direito comum a distinção das jurisdições, é a distinção apenas mencionada entre três tipos de ónus da prova é explicitamente feita, enquanto nos sistemas de direito civil, geralmente, permanece implícita.

O que chamamos de a carga de produção é caracterizada por Capper e Cruz (1999, 113) como "a obrigação de mostrar, se chamados a fazê-lo, que não há provas suficientes para levantar uma questão sobre a existência ou não-existência de um fato em questão. "Strong (1992, p.425) descreve a carga de produção como" a responsabilidade a uma decisão judicial desfavorável (geralmente um achado ou veredito) se evidências sobre a questão não foram produzidas. "Esta carga é também chamada de "ônus probatório"

Os padrões de prova para estes dois fardos são bastante diferentes. Para a carga de persuasão do fato localizador deve ser convencido de que a afirmação é "além da dúvida razoável '(em casos criminais) ou "sobre o equilíbrio das probabilidades' (em casos civis; em tais casos, a frase "mais provável do que 'também é utilizado). Para a carga de produção da prova padrão é muito mais baixa.

O ónus da prova é uma característica central de todos os sistemas de decisão judicial, mas que tem sido objeto de pouca análise normativa.

Há uma troca entre os benefícios e os custos de dissuasão de refrigeração, bem como a prova ideal exigência é determinada por fatores que são quase inteiramente distintos daqueles subjacentes à preponderância da regra de provas e outros padrões

tradicionais. Como consequência, estes fardos familiar de regras de prova têm algumas propriedades surpreendentes, assim como critérios alternativos

A definição do ónus da prova interage com outras características de projeto do sistema legal, como a determinação do esforço de execução e o grau de precisão do julgamento. Ele compara e contrasta uma variedade de ambientes e métodos legais de execução, explicando como as exigências provas adequadas diferem qualitativamente através contextos. A maioria das questões levantadas e respostas apresentadas diferem em espécie -, bem como no resultado.

A força do ónus da prova também determina a magnitude do sistema legal da principal consequência negativa para além de custos operacionais diretos: ou seja, atribuições errôneas de responsabilidade. A probabilidade não trivial que aqueles que cometem atos benignos, pode ser encontrada a vontade responsável, tende a relaxar o comportamento desejável. Apesar de refrigeração recebe menos atenção explícita em geral tratamentos do sistema legal e nas discussões sobre o ónus da prova, não deixa de ser uma consideração significativa na maioria das áreas de direito material. Assim como a antecipação de adequada a atribuição de responsabilidade contratual incentiva a interação mutuamente benéfica, as preocupações para erros pode desencorajar. A má aplicação da lei pode relaxar a concorrência agressiva ou colaboração útil; com lei de valores mobiliários, os custos de aumento de capital poderá ser elevado de forma ineficiente; através da negligência médica, os médicos podem evitar que os pacientes de alto risco ou tratamentos e de outra forma de envolvimento na medicina.

Como já foi referido, a noção geral do ónus da prova tem dois aspectos que devem ser analisados separadamente: um envolve a definição do nível de confiança necessária para verificar as circunstâncias em que a reclamação se baseia; a outra envolve estabelecer qual dos litigantes deve fornecer as provas necessárias para alcançar este nível, de modo que, se a parte a quem o ónus recai não fornecer o necessário da prova de que ele ou ela vai perder a ação judicial.

O primeiro desses aspectos tem sido amplamente tratado no Direito e Economia. Na primeira fase, que foi analisado como um mecanismo que (no contexto outros, como a magnitude da pena) permite que o comportamento processual das partes possa ser

regulado (com respeito ao mérito do pedido, o custo de produção da prova ou tipo de evidência) 8

Uma segunda fase (que se sobrepõe parcialmente à primeira), o impacto deste aspeto do ónus da prova sobre o comportamento antes - bem como durante - processo seja devidamente tomada em consideração, especialmente por meio da suposição de que alguém que tenha agido de acordo com a lei, quando fora do tribunal (tomando o devido cuidado ou não cometer um delito) terá menos custos em provar sua inocência de alguém que agiu de forma ilegal (falsificação de documentos ou subornando testemunhas).

Além disso, a maior parte destes modelos estabelecem o nível do árbitro de confiança de acordo com as variáveis internas que afetam o comportamento pré-processual e processual das partes envolvidas.

Em contraste tanto com a importância quantitativa e qualitativa dada à convicção ou aspeto da confiança do ónus da prova, a segunda questão tem recebido relativamente pouca atenção no Direito e Economia.

Mas o argumento de que ónus da prova é irrelevante fora de um processo judicial é convincente, seja como ponto de partida ou como uma conclusão. Mesmo no modelo de Hay e Spier, que implica a informação completa e simétrica entre ambas as partes e, evidências conclusivas unitárias, é possível demonstrar que a atribuição do ónus da prova pode falhar para o autor ou réu, de fato. E, o que também é de grande importância, é possível mostrar que, devido ao seu impacto sobre o incentivo de tomar cuidado, a inversão do ónus da prova é contraindicado quando a atividade produz o risco.

É importante contextualizar de que forma o ónus da prova afeta a decisão dos litigantes sobre a possibilidade ou não de apresentar provas e, de que forma esses mesmos efeitos influenciam a alocação ótima do ónus da prova. Naturalmente, essas conclusões pertinentes à relação entre a responsabilidade objetiva e ónus da prova também pode ser desenhado.

Para se cumprir o ónus da prova, a parte terá necessariamente que utilizar um dos meios de prova legal ou que seja contratualmente admitidos ou não excluídos por

convenção das partes (artigo 345º, do CC). Assim tendo em atenção que é importante o cumprimento do ónus para a contraparte e para os terceiros, é que se aborda o direito à prova. É um direito que existe para a maior parte dos processos jurisdicionais disposto no artigo 6º/3-d da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, que garante ao acusado o direito de interrogar as testemunhas de acusação. Assim sendo, o direito à prova contém alguns limites impostos pela proteção de direitos a terceiros.

Pode-se referir que as provas são materialmente ilícitas, embora não são processualmente admissíveis. Podem conduzir a uma proibição de produção ou de valoração. (artigo 32º/8 CRP)

Pode-se como exemplo, referir o ónus de prova médica:

O ónus da prova é no direito, a matéria decisiva na resolução concreta dos litígios. A responsabilidade médica por violação do consentimento informado, a determinação do “*onus probandi*”, é mais importante, são fatos em que existe a pouca exposição pública, a relação medico-paciente, ocorre num ambiente de privacidade, de resguardo e sacralidade. Assim, a ilicitude reside no não cumprimento ou cumprimento defeituoso de uma prestação de “*facere*”. Neste caso, existe somente as palavras com informações e conselhos. No que diz respeito ao ónus da prova, encontra-se uma divisão na Europa. Assim, na Inglaterra, o paciente tem o ónus da prova de que o médico não cumpriu de forma adequada, o seu dever de informar e obter o consentimento informado.

### **2.5.1 A inversão do ónus da prova**

Inverter o ónus da prova significa distribuí-lo de forma diversa da já apresentada e descrita no artigo 342º do Código civil. Deste modo, as regras invertem-se no caso em que haja presunção legal, dispensa ou liberação do ónus da prova, sempre que a lei o determine. Existe, igualmente, a inversão do ónus da prova quando a parte contrária tiver tornado, por culpa, impossível a prova ao onerado.

A inversão do ónus da prova dá-se igualmente, através da via convencional, pode ocorrer de acordo com as partes, embora com algumas restrições. Deste modo, torna-se nula a convenção que inverta o ónus da prova, quando se trata de direito indisponível, ou quando a inversão torne difícil a uma das partes do exercício de direito.

É nula a convenção que exclua algum meio legal ou considere como meio de prova, embora se as determinações legais quanto à prova tiverem por fundamento razões de ordem pública.

Qualquer discussão que se refira à inversão do ónus da prova é suscetível de gerar alguma controvérsia em sistemas que visam defender o princípio do estado de Direito, bem como dos Direitos Humanos. Mesmo que tenha ocorrido um julgamento criminal que tem adjudicada a convicção de que a pessoa no ónus “normal” da prova e, onde é aplicada uma prova para tentar confiscar a propriedade alguém que foi acusada de um crime.

Embora a lei de patentes difere de país para país, a maioria dos sistemas jurídicos podem reverter o ónus da prova quando uma reivindicação processo é objeto de um processo judicial. Por uma questão de direito, os poderes inerentes de tribunais internacionais podem incluir a capacidade de inverter o ónus da prova para acomodar a necessidade de precaução, a fim de garantir a boa administração da justiça. Por uma questão de teoria, a inversão do ónus da prova é consistente com os princípios de equidade subjacente às regras sobre ónus da prova, e com uma conceção racionalista prolongada de adjudicação. Dentro da extensa racionalista retidão tradição de decisão (através da "correta aplicação do direito válido para fatos verdadeiros") é um importante valor social, mas não é um requisito absoluto para julgamento racionalista. Outros valores podem ser por vezes substituindo. Neste caso, esses outros valores que incluem tanto a equidade processual e a devida proteção da saúde humana e do meio ambiente.

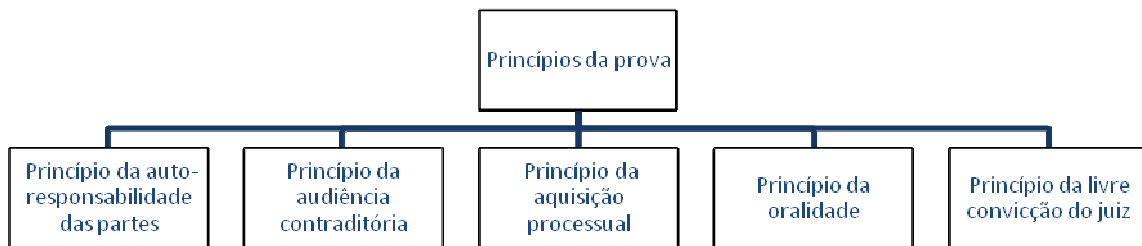
As normas relativas ao ónus de prova e a aplicação de presunções, em qualquer caso não se encaixam bem na categoria racionalista de regras que são puramente processuais.

As regras da repartição do ónus da prova representam regras que se prestam, a não determinar a conduta das partes, mas a influir na forma do julgamento, como as regras de julgamento.



## 2.6 Princípios aplicados à prova

Existem 5 princípios aplicados à prova.



**Figura 1 – Princípios da Prova**

Fonte: adaptação própria

No **Princípio da autorresponsabilidade das partes**, as partes devem suportar as consequências da sua inércia, negligência, erro ou atos irracionais.

O **Princípio da audiência contraditória**, que se encontra descrito no artigo 517º do CPC, refere que toda a prova admite uma contraprova, não sendo o entanto admissível a produção destas sem o conhecimento da outra parte. Em concordância com este princípio, a prova transferida de um processo para outro não gera qualquer efeito.

A prova pré-constituída - será facultada à parte contrária, antes da admissão, a impugnação da sua admissibilidade e força probatória (art. 517º, nº 2, 544.º e 546.º CPC)

O **Princípio da aquisição processual** está consagrado no artigo 515º do CPC, através do qual se refere que a prova produzida não pertence à parte que a produziu, mas serve sim para ambos os litigantes e para a justiça. Neste caso concreto, o tribunal

deve ter em atenção todas as provas que são produzidas tenham ou não sido originadas da parte que devia produzi-las, sem qualquer prejuízo das disposições que declarem irrelevância na alegação de um facto.

**No Princípio da oralidade** as provas pessoais devem ser produzidas oralmente, perante o julgador da matéria de facto, antes da decisão de facto e no tribunal. Está descrito na relação do artigo 712º, nº1 do CPC. Segundo este princípio dá-se prioridade aos depoimentos, afirmações e debates, procura-se concentrar a produção da prova na audiência.

**O Princípio da livre convicção do juiz**, é de salientar que é o juiz que deve decidir apreciando de forma livre a prova, não se baseando somente nos critérios valorativos e apriorísticos.

### 2.6.1 Princípios constitucionais

Através do processo penal, o princípio da legalidade das provas está consagrado no artigo 125º do CPP, que refere que são admitidas as provas que não forem proibidas por lei. Por seu turno, ao Ministério Público, como representante do estado compete exercer a ação penal orientada pelo princípio da legalidade, descrito no artigo 219º, nº 1 da CRP<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> “A atribuição constitucional de funções ao Ministério Público não é uma pura e simples questão organizacional, de mera escolha, de entre várias possibilidades, da entidade pública a quem determinada função é adscrita. Ao contrário, para ser compreendida no seu pleno significado, ela tem de ser correlacionada com as exigências constitucionais relativamente à natureza do Ministério Público e aos critérios da sua actuação. Assim, a atribuição de uma função ao Ministério Público mostra-se carregada de significado material quanto aos critérios que hão-de presidir ao respectivo exercício. Ela não significa apenas que, no quadro orgânico do Estado, é ao Ministério Público que compete o seu exercício; significa ainda, e através disso, que esse exercício se há-de processar de acordo com a notas que constitucionalmente devem presidir à actuação do Ministério Público, a saber, da legalidade e da estrita objectividade (a incluir a imparcialidade).(...)” Jorge Miranda e Rui Medeiros, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo III, Coimbra Editora, Coimbra, 2007, pág. 209;

## 2.6.2 Princípios processuais e a valoração da prova

Segundo o descrito no CC, artigo 341º “as provas têm como função a demonstração da realidade dos factos”. No entanto, a prova produzida deve ser analisada através de três óticas diferentes:

- a) Como atividade probatória
- b) Como meio de prova
- c) Como resultado da atividade

Segundo Paulo Sousa Mendes<sup>43</sup>, a prova como atividade probatória, traduz-se no “esforço metódico através do qual são demonstrados os factos relevantes para a existência de crime, a punibilidade do arguido e a determinação da pena ou medida de segurança aplicáveis”.

A prova como meio de prova, representa “os elementos com base nos quais os factos relevantes podem ser demonstrados” e a prova como resultado de atividade, está relacionada com a “motivação da convicção da entidade que decide acerca da ocorrência dos factos relevantes contanto que essa motivação se conforme com os elementos adquiridos representativamente no processo e respeite as regras da experiência, as leis científicas e os princípios da lógica”.

Do mesmo se pode contextualizar que, a prova produzida é um meio conducente a formar e justificar a valoração do julgador que tem como base a decisão. Assim, toda a atividade probatória corresponde a um juízo e a um percurso logico para que possa ser entendida e compreendida pela comunidade.

A decisão do julgador é parametrizada pelos juízos, através do qual foi construindo ao longo do processo, partindo dos factos, seleccionando-os em termos de relevância e valorando-os em termos de comportamento, repreensível ou não, dentro e de acordo com o sistema jurídico em causa.

---

<sup>43</sup> MENDES, Paulo Sousa, As Proibições de Prova no Processo Penal, Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais, coordenação científica de Maria Fernanda Palma, Coimbra, Almedina, 2004, p. 133

Pode-se contextualizar que a “valoração da prova demonstra uma dinâmica axiológica a cargo do próprio julgador, sem que este esteja vinculado a critérios fixados na lei, de cuja conjugação no sistema da prova legal, resultaria do acerto decisório”<sup>44</sup>.

Segundo Germano Marques da Silva “*geralmente reconhecido que a convicção íntima não é por si critério de verdade e também seria erro grosseiro pensar que as regras legais quanto ao valor das provas eram necessariamente arbitrárias. Elas assentavam na experiência comum representavam a estratificação de conhecimento empírico obtido através dos séculos*”<sup>45</sup>.

Segundo Jeremy Bentham, a prova é a evidência da justiça: excluir a prova é excluir a justiça □ (citado por Taruffo, 2009, p. 144).

*“Prova pode ainda significar o próprio juízo de mérito que incide sobre os respetivos suportes, o juízo probatório, ou seja, a consideração racional de um dado facto como assente pela valoração de determinado (s) meio(s) de prova. E é neste sentido que podemos falar em prova legal plena, em indícios de prova, em prova suficiente, entre outros”* (Oliveira F., 2007, p. 69).

A prova tem como função a demonstração da realidade dos factos, nos termos do disposto no artigo 341º do CC, dos factos juridicamente relevantes. Assim demonstrar é revelar ou descobrir, através de via direta ou indireta, a verdade e realidade dos factos, a sua autenticidade e concorrer para a convicção dos destinatários (Almeida, 1977, p.73/74).

Tendo como base a definição clássica, o facto notório é o que é de conhecimento comum das pessoas que pertencem a uma esfera social determinada, constituída por um conjunto de pessoas que têm interesses comuns, tais como a religião, tempo, profissão, cultura.

Em relação à questão da prova quanto à sua função diz-se que à custa dela se pretende alcançar o facto ou factos juridicamente relevantes. Assim, “*Em sentido amplo, facto jurídico é o acontecimento, previsto em norma jurídica, em razão da qual nascem, se modificam, subsistem e se extinguem relações jurídicas. Em sentido estrito, facto jurídico vem a ser aquele que advém, em regra, de fenómeno natural, sem intervenção*

---

<sup>44</sup> NEVES, Rosa Vieira, A Livre Apreciação da Prova e a Obrigação de Fundamentação da Convicção, Coimbra; Coimbra Editora, 2011, p. 57.

<sup>45</sup> Cf. Curso de Processo Penal, II Volume, Lisboa, São Paulo, Editorial Verbo, 4ª edição revista e atualizada, 2008, p. 148.

*da vontade humana e que produz efeito jurídico (...). O facto, para ser facto jurídico, tem que estar inserido num conceito normativo, isto é, numa estrutura normativa.*

Através de sede processual penal, são permitidos todos os meios de prova admitidos por lei (cf. Art. 125º do CPP), consagrando assim deste modo, o princípio da legalidade dos meios de prova. São nulas as provas obtidas mediante tortura, coação ou, em geral, ofensa da integridade física ou moral das pessoas (cf. art. 126.º, n.º 1 do C.P.P. e art. 32.º, n.º 8, da Constituição da República Portuguesa, adiante designada por C.R.P.). **Prova** é assim a atividade de demonstrar a realidade de um facto, ou o resultado da demonstração de que determinado facto é real (Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais, 2004, p. 224).

É importante ressaltar que o Código Penal e o Código do Processo Penal não contêm qualquer definição do que representa a prova. No entanto este diploma, através de muitas referências que estão descritas.

Segundo Pinto (2001, p.281), o termo prova pode significar no texto do CPP a própria atividade de tentar convencer o tribunal de uma versão das coisas, exibindo documentos, interrogando testemunhas e, os modos de reunir indícios que venham contribuir para esse convencimento.

No processo penal mais atual,

*“(...) a prova, entendida como atividade é também garantia da realização de um processo justo, de eliminação do arbítrio, quer enquanto a demonstração da realidade dos factos não há-de procurar-se a qualquer preço, mas apenas através de meios lícitos, quer enquanto através da obrigatoriedade de fundamentação das decisões de facto permite a sua fiscalização através dos diversos mecanismos de controlo de que dispõe a sociedade”* (Silva G., 1999, pp. 92-93).

Ainda segundo Fonseca (2006, p.90) estabelece o artigo 124º do CPP constitui objeto de prova todos os factos juridicamente relevantes para a existência ou inexistência do crime, a punibilidade ou não punibilidade do arguido e a determinação da pena ou de medida de segurança aplicáveis.

No que se relaciona com o juízo probatório pode-se observar o sistema de valoração legal formal, de origem germânica e o sistema de livre valoração. Estes distinguem-se pelo sujeito a quem conferem a tarefa de julgar a admissibilidade dos meios de prova e de os valorar, ao próprio legislador e ao julgador (Dias, 2011, p. 177).

O artigo 127º do CCP descreve que a prova é aplicada segundo as regras da experiência e a livre convicção da entidade competente. Neste artigo, está consagrado o Princípio Livre Apreciação da Prova, através do qual o julgador aprecia e valora a prova por meio de qualquer critério hierarquizador do valor probatório em função dos meios de prova, e através da função de regras de vida, experiência e segundo o seu livre convencimento, tendo em conta cada caso.

A este facto, o artigo 127º do CCP consagra o princípio da livre apreciação de prova, o qual noa deve ser entendido como uma operação subjetiva, através da qual se chega a uma conclusão por meio de conjeturas de difícil objetivação. Neste contexto, traduz uma valoração racional e crítica, tendo como base as regras comuns da lógica, da razão, das máximas da experiência e dos conhecimentos científicos que permita objetivar a apreciação, que representa um requisito importante para uma motivação da decisão.

## **2.7 Atividade do juiz na instrução; os poderes instrutórios do juiz**

O CPC é constituído por uma norma que regula os poderes do juiz, a qual se encontra consagrada no artigo 265º que descreve e estipula o poder de direção no processo. Segundo este artigo, o juiz civil tem como compromisso titular o andamento regular e célere do processo, realizar e ordenar todas as diligências que sejam necessárias para a apuração da verdade dos fatos e a justa composição do litígio.

O processo de autoridade jurídica, caracteriza-se pela maximização da função do juiz no processo, fazendo com que seja o sujeito processual mais relevante. Operado através da atribuição de poderes em matérias objetivas e como poderes oficiosos na investigação dos factos da ação.

Desde o final do século XX e, como resultado da pressão dos media e da litigância de massa, que a justiça popularizou-se. Quer seja através do conhecimento dos casos, quer através da utilização dos tribunais. Deste modo poderá afirmar-se que os autores e réus são atualmente, cidadãos comuns, de forma contrária aos litigantes da época liberal. Assim, uma justiça democratizada é uma justiça próxima, e que explica aos cidadãos a razão de ser dos seus atos e decisões.

É através desta perspetiva que se deve contextualizar o Princípio da Colaboração, que quando aplicado ao juiz impõe-lhe uma igualdade com as partes. O juiz deve preocupar-se com a realidade do que julga, com a correspondência entre a realidade intraprocessual e extraprocessual e, não somente a analisar o que consta no processo. Uma determinada decisão com esta correspondência será uma decisão justificada e legitimadora.

Segundo o artigo de Michelle Taruffo (2006) é patente a contextualização dos poderes probatórios do juiz civil. Neste artigo, o autor apresenta alguns argumentos contrários à classificação autoritária de sistemas em que tais poderes existem. Os seus argumentos são divididos em argumento de teoria política, uma análise de modelos processuais de atribuição de poderes probatórios, a distinção entre juiz ativo e juiz autoritário; quarto, a defesa da necessidade da verdade para a justiça; e, por último, a discordância sobre a parcialidade do juiz ativo<sup>46</sup>.

Quando se aborda a questão da gestão processual corresponde à atribuição conferida ao juiz para a condução de qualquer processo. O seu fundamento infraconstitucional está descrito no artigo 125º do CPC, que estabelece que cabe ao juiz a direção do processo. Então coloca-se pertinentemente a questão: será que essa atribuição resulta de um poder conferido ao juiz dirigir o processo ou funciona como um dever?

De forma global, a doutrina aborda os poderes do juiz, incluindo todos aqueles que são inerentes à colheita de provas, ainda que seja por vezes, os deveres<sup>47</sup>

No exercício da sua atribuição de julgador, o juiz exerce o poder estatal jurisdicional. Neste sentido, existe uma expressão do poder público que, através dos atos decisórios e executivos do juiz, este exerce o seu *imperium* sobre qualquer indivíduo.

Todos os juízes, considerados como servidores públicos também estão sujeitos aos princípios constitucionais que regem toda a administração pública, e enquanto

---

<sup>46</sup> Michele Taruffo, *Poteri Probatori delle Parti e del Giudice in Europa*, in *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*, Milano, 2006 (N.º2), p. 451-483

<sup>47</sup> Por todos, cf. Taruffo, Michele, *Poderes probatórios de las partes y del juez en Europa*, p. 411-445.

executor dos atos da administração, cumpre o respeito pelos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Tomando por conceito de jurisdição, e com ênfase na sua função de tutela efetiva dos direitos materiais, existem cinco objetivos da magistratura contemporânea que são: solucionar litígios, controlar os demais poderes constituídos, autogovernar-se, tutelar direitos, garantias e liberdades fundamentais e, guardar o Estado Democrático de Direito constitucional. Ainda outra “aquisição” contemporânea; v. em Portugal, e.g., o artigo 2º da Lei n. 03/1999, de 13 de janeiro, sobre os conteúdos da função jurisdicional: “reprimir a violação da legalidade democrática”.

Assim sendo, os poderes instrutórios do juiz não são automatizados, distribuem-se entre os poderes de concessão ou recusa, de inspeção, de nomeação e iniciativa.

## 2.8 Classificação das provas

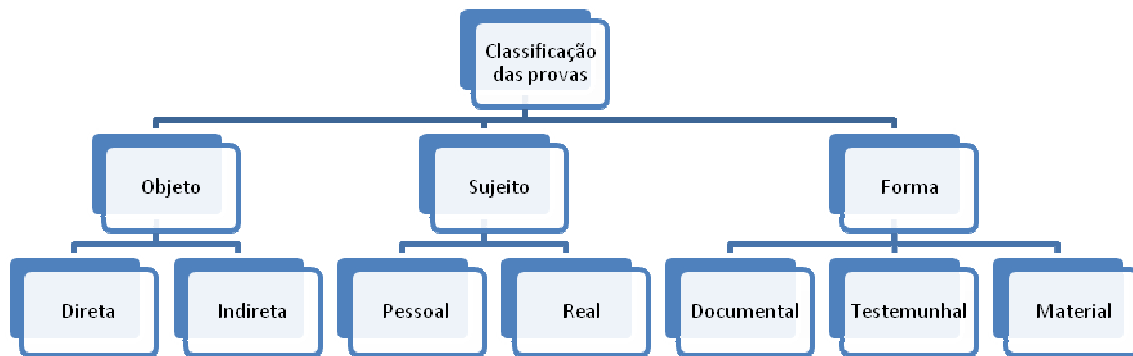
Existem três critérios de classificação das provas: quanto ao objeto, ao sujeito e quanto à forma. **Quanto ao objeto**, a prova pode ser direta, que tem como finalidade o próprio facto, como exemplo a escritura que representa a prova de um contrato, a confissão de dívida, a prova direta do reconhecimento de um débito e, pode ser indireta, a prova que resulta de um facto relacionado com o facto principal, através do qual se chega à certeza do facto principal.

**Quanto ao sujeito**, a prova pode ser pessoal, tal como o depoimento de uma testemunha, real quando resulta de uma confirmação ou perícia.

**Quanto à forma**, que representa o modo como vai ser produzida a prova, ou seja, documental, testemunhal, material.

Deste modo, pode-se demonstrar no esquema seguinte a classificação das provas.





**Figura 2 – Classificação das Provas**

## **2.9 A prova no novo código civil**

O novo Código Civil<sup>48</sup> remata a grande reforma empreendida em 1995/1996, ou seja, uma reforma da lei processual civil. Nesta revisão, e nos diplomas que lhe foram seguidos, a maioria das normas vigentes permaneceu e optou-se somente por desdobrar os artigos do código.

Salienta-se como principais alterações ao novo código civil:

(i) nas providências cautelares, a inversão do contencioso, que facilita a efetivação da medida decretada de forma definitiva

(ii) nos incidentes, o novo figurino das intervenções de terceiros

(iii) nas formas de processo declarativo, a aparente forma única, mitigada pela manutenção de normas específicas para processos de menor valor

(iv) nos articulados, a penalização da prolixidade, a restrição à apresentação de réplica e a eliminação do ónus de impugnação especificada

---

<sup>48</sup> Foi publicada em Diário da República, no dia 26 de Junho de 2013, a Lei n.º 41/2013, a qual se traduz numa profunda reforma ao actual Código de Processo Civil, envolvendo não só uma alteração sistemática e conceptual do mesmo, mas essencialmente a implementação de um novo modelo de processo civil, o que tem levado vários protagonistas da prática forense a classificarem a presente reforma como um efectivo “Novo Código de Processo Civil”

(v) na audiência prévia, a regra da obrigatoriedade, a definição dos termos da adequação formal ao caso concreto e a definição dos termos do litígio e dos temas de prova

(vi) na audiência final, as regras da inadiabilidade, da oralidade e da plenitude da direção do juiz

(vii) nos meios probatórios, os novos meios de prova e as alterações nos já existentes

(viii) nas sentenças e subsequentes (possíveis) recursos, as restrições à aclaração das sentenças e o reforço dos poderes do Tribunal de 2.<sup>a</sup> Instância quanto ao conhecimento da matéria de facto

(ix) nas execuções, a eliminação de documentos particulares como títulos executivos, a menor intervenção do agente de execução e a possibilidade de extinção da instância mediante acordo global.

Igualmente, em relação aos poderes conferidos ao juiz:

- Não só (à semelhança do que sucedia no Velho Código) dirigir os trabalhos, mas igualmente assegurar que estes ocorrem de acordo com a programação definida (na audiência prévia);

- Exortar os advogados e o Ministério Público a abreviarem, não apenas os seus requerimentos e alegações, mas agora também as inquirições e as instâncias quando sejam excessivas ou, com o Novo Código, impertinentes; e

- Exortar os advogados e o Ministério Público a cingirem-se à matéria relevante para o julgamento e não apenas à matéria da causa como anteriormente se previa.

A grande inovação do Novo Código de Processo Civil em matéria de prova e a que, é a introdução de **“temas de prova”** como objeto da instrução do processo. De uma forma geral, os temas de prova são fixados pelo juiz em despacho subsequente e, podendo a decisão que enuncia os temas da prova ser objeto de reclamação e de posterior recurso com o recurso interposto da decisão final.

***Relativamente à prova documental:***

- Mantém-se o princípio de que os documentos destinados a fazer prova dos fundamentos da ação ou da defesa devem ser apresentados com o articulado em que se aleguem os factos correspondentes, mas limita-se a possibilidade de apresentação de novos documentos até 20 dias antes da data em que se realize a audiência final (e não até ao encerramento da discussão da 1.<sup>a</sup> instância como sucedia no Velho Código),

- Apenas é admitida a posterior junção de documentos cuja apresentação não tenha sido possível até àquele momento ou cuja apresentação se tenha tornado necessária em virtude de ocorrência posterior;

- A audiência não é interrompida pela apresentação de novos documentos, exceto se o Tribunal considerar que existe grave inconveniente no seu prosseguimento;

- Após o encerramento da discussão só são admitidos, no caso de recurso, os documentos cuja apresentação não tenha sido possível até àquele momento.

***Quanto à prova testemunhal, o novo Código de Processo Civil:***

- Limita as testemunhas a 10 por cada parte e a 5 nas ações de valor inferior a € 5.000,00;

- No caso de reconvenção, cada uma das partes pode oferecer também até 10 testemunhas para prova dos factos alegados nesse contexto;

- Atendendo à natureza e extensão dos temas da prova, pode o juiz, por decisão irrecorrível, admitir a inquirição de testemunhas para além do limite previsto;

- Não impõe limitações ao número de testemunhas por facto, dado que deixou de existir base instrutória;

- As testemunhas passam a ser sempre a apresentar pela parte que as indica salvo se requerer, com a apresentação do rol, a respetiva notificação para comparência ou a inquirição por teleconferência.

***O Novo Código consagra dois novos meios de prova:***

- As declarações de parte, que as partes podem requerer até ao início das alegações orais em 1.<sup>a</sup> instância e incidem sobre factos em que tenham intervindo pessoalmente ou de que tenham conhecimento direto;

- As verificações não judiciais qualificadas quando seja legalmente admissível a inspeção judicial, mas o juiz entenda que se não justifica, face à natureza da matéria, a perceção direta dos factos pelo Tribunal e incumbe para o efeito técnico ou pessoa qualificada para proceder aos atos de inspeção de coisas ou locais ou de reconstituição de factos e elaborar relatório sobre as verificações efetuadas.

***Dois novos meios de prova:***

a) Prova por declaração de parte: é uma consagração do princípio da imediação; pode ser requerida (pelas partes) até ao início das alegações orais em 1.<sup>a</sup> instância; não pode ser ordenada pelo juiz, ao contrário do depoimento de parte; incide sobre factos em que a parte tenha intervindo pessoalmente ou tenha conhecimento direto;

b) As declarações são livremente apreciadas pelo tribunal, salvo se constituírem confissão; é aplicável, com as necessárias adaptações, o regime do depoimento de parte.

O artigo 494º, nº 1 refere que “Sempre que seja legalmente admissível a inspeção judicial, mas o juiz entende que não se justifica, face à natureza da matéria, a perceção direta dos factos pelo tribunal, pode ser incumbido técnico ou pessoa qualificada de proceder aos atos de inspeção de coisas ou locais de reconstituição de factos e de apresentar o seu relatório (...)”;

As verificações não judiciais qualificadas são livremente apreciadas pelo tribunal. Este novo meio de prova visa permitir que “*sejam averiguados, com acrescida eficácia e fiabilidade factos que – não implicando o juízo científico que subjaz à prova*

*pericial – possam ser melhor fixados ou esclarecidos por entidade isenta e imparcial e tecnicamente apetrechada, evitando-se o habitual recurso à falível prova testemunhal para a sua determinação e dispensando inspeções judiciais que não sejam proporcionais ao relevo e natureza da matéria litigiosa”.*

É de salientar que o novo artigo nº 567º - A prevê um novo meio de prova, sobre as declarações de parte. Neste contexto, as partes podem requerer, até ao início dos debates em 1ª instância a prestação de declarações de factos em que tenham intervindo de forma pessoal ou, que tenham conhecimento direito, através das quais irá aplicar-se o disposto no artigo nº 519º e, igualmente, as provas por confissão. Acresce da mesma forma, com a nova redação do artigo 552º, que exista um alargamento em relação ao poder do juiz, no sentido de determinar a comparência pessoal das partes.

A reforma do novo CC deixa o modelo de fixação da matéria de facto relevante em duas peças processuais que são independentes mas que são constantes da mesma decisão, ou seja, aquela (primeiro especificação, depois matéria de facto assente) em que se relacionavam os factos que deviam ser já considerados provados, por admissão expressa (CC-356-1) ou falta de impugnação (CPC-490-2) e aquela outra (primeiro questionário, depois base instrutória) em que se arrolavam os factos a provar durante a fase da instrução.

No que se relaciona com os temas de prova, abandona-se a relação atomística de pontos de facto em forma de quesitos, e com a intenção expressa de permitir a instrução, que decorra sem vinculação da prova (CPC-633 e CPC-638-1).

Atualmente, consta que as provas passam por um momento de transição paradigmática, isto porque se pretende dar maior importância à valoração das provas que possuam maior grau de certeza e confiabilidade, em prol das provas como o depoimento pessoal e testemunhas. Um exemplo desta mesma transição, que está relacionado com a evolução das novas tecnologias, ocorreu nas ações de investigação de paternidade que são instruídas por prova da técnica do exame de ADN. A tecnologia tem sido a protagonista nesta transição paradigmática pela qual passam as provas processuais em que se busca maior grau de certeza e confiabilidade da prova.

A existência de arquivos produzidos em computador, seja através de um editor de texto, ou num banco de dados ou outra linguagem de programação, podem ser utilizados atualmente como prova no sentido de demonstrar a existência de factos jurídicos.

Deste modo, a prova eletrónica distingue-se da prova em papel, decorrente das suas características de intangibilidade, forma, volume e persistência. A informação armazenada de forma eletrónica é caracterizada pelo seu enorme potencial de volume, em comparação com a que está concentrada em suportes tangíveis.

## Capítulo III – Prova Documental

### 3.1 Conceito de documento

O conceito de documento contextualiza que são todos os papéis que têm informações que auxiliam a tomar decisões, registam assuntos de interesse. Qualquer informação que seja rescrita, é suscetível de ser utilizado para estudo, consulta ou prova. Os documentos podem ser classificados segundo a **procedência**, ou seja, se são públicos ou privados, quanto ao **valor**, ou seja, se são administrativos, fiscais, informativos, legais, primários probatórios ou secundários, segundo a **natureza do assunto**, ou seja, ostensivos ou sigilosos, quanto ao **género**, ou seja, textuais, cartográficos, iconográficos, filme gráficos, micro gráficos e informativos.

Segundo Duranti & Preston (2008, p. 811), o documento é uma “unidade indivisível de informação construída por uma mensagem num suporte com uma sintaxe estável”. A noção principal que se tem sobre o documento é qualquer base de conhecimento, que se fixa materialmente e para que possa ser utilizada para extrair cognição do que está registado, por esta razão relaciona-se com a noção de registo.

A expressão documento tem origem no latim “*docere*”, que significa instruir. De forma genérica é a coisa material através da qual todos os humanos imprimem vestígios para o efeito de comunicação de alguns conhecimentos. Representa a peça escrita ou gráfica que manifesta algo de valor jurídico para esclarecer, instruir ou provar algo.

Pode-se de forma resumida, afirmar-se segundo Comoglio (1995), para o Direito representa todo e qualquer registo que possa expressar um pensamento, capaz de influenciar a cognição do juízo de um determinado dado, facto ou processo. Senão uma representação física do pensamento humano, através de qualquer material, como o papel, tela de pintura, parede, cartolina, metal, pedra, entre outros. A forma de linguagem pode ser manuscrita, datilografada, litografada, fotocopiada e digitalizada.

### 3.2 Classificação do documento

Os documentos podem ser classificados em duas categorias. Os documentos públicos que são emitidos, geralmente, por uma autoridade pública ou através de uma procuração de autoridade pública, tais como as escrituras públicas de compra e venda emitidas por um notário, e os documentos privados que são emitidos por um particular ou por uma autoridade pública fora das suas funções ou competências. Estes dois documentos constituem a prova de um facto jurídico, de um ato jurídico ou de um negócio jurídico.

#### No seu valor podem ser:

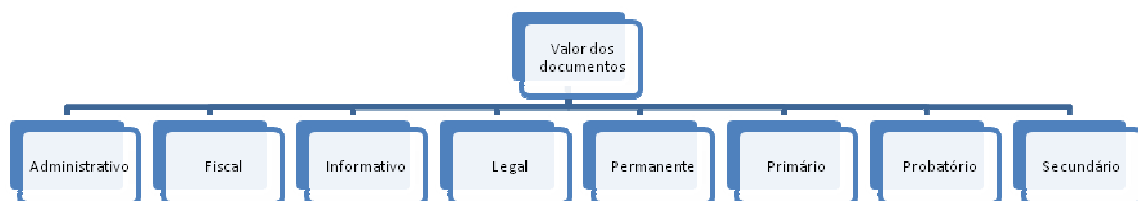


Figura 3 – Valor dos documentos

**O valor administrativo** representa o valor que o documento representa para a administração, isto porque informa, fundamenta ou aprova os seus atos presentes e futuros.

**O valor fiscal** é o valor atribuído a documentos ou arquivos que servem para comparação de operações financeiras e fiscais

**O valor informativo** é um valor que um documento possui pelas informações nele contidas, não estando no entanto relacionadas com o valor probatório.

**O valor legal**, é o valor processual do documento perante a lei no sentido de comprovar um facto ou constituir um direito.

**O valor permanente** representa o valor probatório ou valor informativo que justifica a guarda permanente do documento num arquivo.



**O valor primário**, representa o valor atribuído aos documentos em função do interesse que possam ter para o gerador de arquivo.

**O valor probatório** é um valor intrínseco de um documento de arquivo que permite servir de prova legal

**O valor secundário**, é o valor que é atribuído aos documentos em função do interesse que possam gerar.

**Quanto à natureza do assunto** os documentos podem ser **ostensivos**, no caso em que não haja necessidade de ter acesso restrito, isto porque a sua natureza de assunto não prejudica a administração, e documentos **sigilosos** que são documentos que devem ter acesso restrito em decorrência do seu conteúdo.

Nos termos do Código de Processo Penal, consideram-se documentos quaisquer escritos, instrumentos ou papéis, públicos ou particulares (art. 232º). Instrumento é o documento constituído especificamente para servir de prova para o ato ali representado, por exemplo, a procuração, que tem a finalidade de demonstrar a outorga de poderes.

O Código adotou o conceito de documento em sentido estrito. No sentido amplo, podemos dizer que “é toda base materialmente disposta a concentrar e expressar um pensamento, uma ideia ou qualquer manifestação de vontade do ser humano, que sirva para demonstrar e provar um fato ou acontecimento juridicamente relevante” (NUCCI). De acordo com essa interpretação, então, são considerados documentos: vídeos, fotos, CDs etc.

Em regra, os documentos podem ser juntados em qualquer fase do processo (art. 231 do CPP). Dispõe a lei processual, contudo, que não será permitida a juntada de documentos no Plenário do Júri, sem comunicar à outra parte com antecedência mínima de três dias (art. 479 do CPP). Se o juiz tiver notícia da existência de documento referente a ponto relevante do processo, providenciará a sua juntada aos autos, independentemente de requerimento das partes. Os documentos em língua estrangeira deverão ser traduzidos por tradutor público.

A cópia autenticada de documento terá o mesmo valor que o documento original (art. 232, parágrafo único, do CPP). Os documentos juntados aos autos poderão ser desentranhados a

pedido da parte, se não houver motivo que justifique sua permanência nos autos (art. 238º do CPP).

### **3.3 Autenticidade, subscrição e validade do documento**

O documento é a representação de ideias ou factos que se pretende indicar, a sua reprodução deve ser idónea, e capaz de expor o facto de forma apta à cognição do juiz. A autenticidade do documento é a certeza de que este provém do autor nele especificado, ou seja, os documentos apresentam eficácia em si próprios.

O artigo 363º do Código Civil descreve que os documentos escritos podem ser autênticos ou particulares (nº1), os documentos autênticos são documentos exarados, com as formalidades legais, pelas autoridades públicas nos limites da sua competência ou no mesmo círculo de atividade que lhes é atribuído (nº2). Os documentos particulares são havidos por autenticados, quando são confirmados pelas partes, perante o notário, nos termos prescritos nas leis notariais (nº3).

Assim sendo, decorre através desta norma que a autenticidade só poderá ser conferida num documento, por uma autoridade pública ou por um oficial público, dotados de fé pública. Sendo que neste caso, a fé pública representa uma prerrogativa exclusiva do Estado, através do qual confere garantias de verdade e autenticidade aos documentos em que possam os agentes intervir.

É importante questionar se um oficial público pode ou não conferir autenticidade a um documento. Ou por outro lado, poderá o legislador por decreto, determinar que pode conferir fé pública a um ato aquele que não a detém? A resposta a estas questões é simples, sempre foi o nosso sistema jurídico a determinar as normas.

Um documento autêntico é aquele do qual se têm a certeza que procedeu do autor nele indicado. Sendo que a importância de garantir a autenticidade de um determinado documento é no sentido de evitar que o documento seja impugnado, e seja necessária a realização de uma perícia para a identificação do verdadeiro autor do documento.

A verificação da autenticidade e da integridade dos dados, facultada pelas assinaturas eletrónicas, em geral, e pela assinatura digital, em particular, não prova necessariamente a identidade do signatário que cria as assinaturas eletrónicas. Assim, considera-se necessário, de acordo com a prática tecnicamente recomendada e internacionalmente consagrada, instituir um sistema de confirmação por entidades certificadoras, às quais incumbe assegurar os elevados níveis de segurança do sistema indispensáveis para a criação da desejada confiança no tocante às assinaturas de documentos eletrónicos.

Neste contexto, o Decreto-lei n.º 290-D/99, de 2 de Agosto, por um lado, regula o reconhecimento e o valor jurídico dos documentos eletrónicos e das assinaturas digitais e, por outro, confia o controlo da atividade de certificação de assinaturas a uma entidade a designar e define os poderes e procedimentos desta, bem como as condições de credenciação da atividade e os direitos e os deveres das entidades certificadoras.

### 3.4 Documento eletrónico

Segundo Barbosa Moreira, o telegrama, o fax e o telex constituem os documentos informáticos. A definição mais clássica e geral de documento é a “coisa representativa”, ou seja, capaz de representar um facto. O documento eletrónico é o arquivo eletrónico que tem a capacidade de representar um facto através do tempo e do espaço<sup>49</sup>.

Para Comoglio o documento eletrónico é um documento informático que representa dados armazenados em memórias computadorizadas e resultantes de cálculos efetuados através de *elaborati elettronici*. Segundo Gian Franco Ricci<sup>50</sup> refere que o documento eletrónico é o documento não cartular, composto por uma memória eletrónica.

A noção clássica de documento não se restringe a “coisa”, mas sim segundo alguns juristas o documento representa o registo do facto, da prova e funciona como suporte do documento, a coisa através da qual se sustenta o meio da prova (Carnelutti)<sup>51</sup>.

---

<sup>49</sup> Não conseguimos imaginar uma definição mais clássica do que a de CARNELUTTI, op. cit., p. 183.

<sup>50</sup> RICCI, op. cit., p. 865.

<sup>51</sup> CARNELUTTI, op. cit., p. 186.

Segundo Lima (2004) os documentos eletrônicos constituem informações que são manipuladas e armazenadas com a utilização do computador ou outro dispositivo, por essa mesma razão, estão associados à estrutura tecnológica na qual estão inseridos. Pode-se referir que as alterações ao nível estrutural em todo o processo informacional que ocorreram pela digitalização de documentos, tiveram como consequência impactos na sua configuração. Segundo o autor “*o texto eletrônico acelera o tempo e relaciona contextos, encadeia e justapõe diferentes documentos, e compartilha o mesmo espaço de produção, por vezes altera a sua produção*” (p. 17).

### **3.4.1 Legislação sobre o documento eletrônico; nacional e internacional**

Os últimos anos têm sido modelados por inúmeras mutações nos mais variados setores da sociedade. Pelos novos padrões de produção e pelas novas formas de comunicação, o processo dinâmico da formação profissional, tem associado, o fenómeno da globalização. Como resultado, contextualiza-se um aumento de incertezas e inseguranças ao nível organizacional, as quais para poderem sobreviver, necessitam de forma emergente, de reestruturações, processos de flexibilização e novas formas de inovação. As necessidades de novas e rápidas respostas, tendentes a práticas de inovação e gestão, têm como consequência, a necessidade estratégica de solidificação das bases organizacionais.

A grande “*árvore da tecnologia*”, tais como os computadores, banco de dados e especificamente, as redes, estão a alterar a forma de atuar das organizações e, por consequência, alteraram os modelos de negócio e as suas estruturas. Desta forma, esta obra centra o seu assunto na compreensão do pensamento contemporâneo sobre este novo paradigma, descrevendo como as empresas da atualidade organizam a função de Tecnologia de Informação e, representa uma responsabilidade importante para os administradores do século XXI.

Maior parte dos autores que faz parte integrante desta obra, tais como Dowling (2002); Erman et al. (2002), entre outros, disponibilizam uma compreensão profunda sobre a administração da Tecnologia da Informação para ajudar a contribuição do sucesso da comunicação e informação.

Lucas (2006) designa o computador como “*a máquina que mudou o mundo*”, e refere que é através dos computadores que a Tecnologia de Informação tem revolucionado a administração. Desta forma, as novas tecnologias fornecem novas formas de projetar as organizações e as novas estruturas organizacionais, cria novos relacionamentos entre clientes e fornecedores, ao nível eletrónico, apresenta a oportunidade de comércio eletrónico (E-commerce), que como consequência, reduz os tempos do ciclo de compra, aumenta a exposição dos fornecedores aos clientes e gera maior conveniência para os compradores.

A organização na área de Sistemas de Informação tem evoluído bastante nas últimas décadas. Ajudam a detetar novas oportunidades e a criar vantagens organizacionais.

Toda a informação tornou-se numa necessidade que foi crescendo para qualquer sector de atividade numa empresa. E sendo esta, um sistema aberto e interativo, a informação funciona como um mecanismo de comunicação existente entre muitas pessoas.

As seis tendências estão ilustradas no esquema seguinte, com posterior descrição detalhada.



**Figura 4 - Seis tendências de alteração da tecnologia**

- 1) *A utilização da tecnologia para a transformação da organização*, no sentido em que o efeito cumulativo da tecnologia que as organizações estão a instalar é transformar a organização e permitir novos tipos de estruturas organizacionais.
- 2) *O uso da TI de processamento de informação como parte da estratégia corporativa*. Maior parte das instituições públicas implementaram novos sistemas de informação que dão maior vantagem competitiva, nomeadamente, nos serviços aos usuários e profissionais, ao mesmo tempo que reduzem os custos que lhes estão associados.
- 3) *Tecnologia como parte integrante do ambiente de trabalho*. A Tecnologia é utilizada para a redução do trabalho, melhorar a qualidade, fornecer melhor serviço aos processos judiciais.
- 4) *A Tecnologia como forma de apoio às pessoas que trabalham*, é importante referir que o computador pessoal, com os seus programas diversificados, proporciona uma maior produtividade do trabalhador.
- 5) *A evolução do computador como forma de comunicação*, a tecnologia evoluiu para os computadores pessoais, sendo mais fácil o acesso a todo o tipo de informações armazenadas em locais distintos.
- 6) *Crescimento da Internet e da Web*, disponibilizando melhor qualidade e quantidade de informação *online*. Através da internet, as pessoas e as organizações comunicam.

Deste modo, pode-se contextualizar que a TI é responsável por uma importante revolução que tem maior ou igual impacto que a Revolução Industrial, sobre os negócios. E, as empresas do século XXI utilizam as TI, com o objetivo de criar a sua estrutura e para se administrarem a si próprias.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/98, de 1 de Setembro, determinou a definição do regime jurídico aplicável aos documentos eletrónicos e assinatura digital, como um dos objetivos a alcançar no âmbito da Iniciativa Nacional para o Comércio Eletrónico, necessário à plena afirmação do comércio eletrónico.

É de salientar que as redes eletrónicas atualmente, como a internet assumiram uma elevada importância na vida diária dos cidadãos e agentes económicos, permitindo a passagem de informação a uma velocidade estonteante.

O artigo nº 2º do Decreto-lei nº 290-D/99, de 2 de Agosto define o documento eletrónico como o “documento elaborado mediante processamento eletrónico ao qual seja aposta de modo a que:

- i) Identifique de forma unívoca o titular como autor do documento;*
- ii) A sua aposição ao documento dependa apenas da vontade do titular;*
- iii) A sua conexão com o documento permita detetar toda e qualquer alteração superveniente do conteúdo deste”.*

Antes da era digital, a prova testemunhal consistia principalmente de documentos em papel, fotografias e outros. Com o crescimento da era digital, o formato da descoberta mudou significativamente para incluir a informação armazenada eletronicamente Information. Atualmente é estimado que mais de noventa e dois por cento da informação gerada e armazenada é feita eletronicamente<sup>52</sup>.

### **3.5 Confiabilidade do documento eletrónico**

A fiabilidade é definida como a probabilidade de que um sistema realizará a sua missão designada de uma maneira satisfatória. A confiabilidade é modelada usando os elementos de probabilidade, desempenho satisfatório, tempo ou ciclo de relacionadas com a missão e as condições de operação especificadas.

A confiabilidade de um sistema depende da seleção de determinadas medidas de confiabilidade e prazos. A fiabilidade é modelada como uma função do tempo. Os

---

<sup>52</sup> See David K. Isom, Electronic Discovery Primer for Judges, FED. CTS. L. REV. 1, 2 (Feb. 2005) (quoting Peter Lyman & Hal R. Varian, How Much Information 2003?, UNIV.CAL. BERKELEY (last visited Oct. 24, 2011), <http://www.sims.berkeley.edu/research/projects/how-much-info-2003/> (indicating that 92% of all new data is stored and created electronically and 60% of all critical business information is stored within the corporate email system)

documentos escritos constituem na classificação legal, duas modalidades, os documentos particulares e os documentos autênticos (artigo 363º /1 CC)<sup>53</sup>.

O que todos os documentos exigem para que tenham uma força probatória é afirmação de autoria. Atualmente, a afirmação de autoria de um documento pode-se fazer segundo uma terminologia legal, através de uma assinatura eletrónica. Representa uma cifra a que a lei atribui os efeitos, de uma assinatura<sup>54</sup>.

Assim, uma assinatura nos termos da legislação é o “nome civil, escrito pelo respetivo titular, completa ou abreviada, de modo habitual e característico e com liberdade de ortografia”. Por seu turno, a assinatura de um objeto representa o resultado do ato de assinar que constitui o documento<sup>55</sup>.

---

<sup>53</sup> Nesta classificação, os documentos autenticados serão uma subespécie dos documentos particulares. É o que resulta de uma leitura articulada dos três números do art. 363.º CC. Cfr., por todos, A. VAZ SERRA, cit. supra n. 3, pp. 75 e 150, n. 657-a, do vol. 111. O autor precisava que o documento autenticado era, ele próprio, um documento particular, a que foi aposto um termo de autenticação, que, este sim, revestia o caráter de documento autêntico

<sup>54</sup> Cfr. o art. 3.º/1 e 2 da Lei dos Documentos Eletrónicos – DL n.º 290-D/99, de 2 de agosto, alterado pelo DL n.º 62/2003, de 3 de abril, pelo DL n.º 165/2004, de 7 de junho, pelo DL n.º 116 -A/2006, de 16 de junho, e pelo DL n.º 88/2009, de 9 de abril («LDE»). Transcrevo o preceito infra, no texto junto à n. 35. Cfr., sobre as diversas modalidades de assinatura eletrónica, SINDE MONTEIRO, «Assinatura electrónica e certificação (A Directiva 1999/93/CE e o Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de Agosto» em (2002) 133 RLJ261-272, a p. 262

<sup>55</sup> Neste sentido, F. CARNELUTTI, cit. supra n. 16, maxime pp. 239-240. Entre nós parece ter maior difusão a referência ao ato de assinar. Cfr. A. VAZ SERRA, cit. supra n. 14, e MANUEL DE ANDRADE, cit. supra n. 5, p. 229, para quem a assinatura seria «a subscrição do documento com o nome do seu autor (signatário)». Muito próxima é a definição de ANA PRATA, Dicionário jurídico, I, 5.ª ed., Almedina 2011, p. 177: «[s]ubscrição de um documento pelo nome do seu autor». O termo «subscrição» tem presente a ideia de que a aposição do nome se faz no final do documento (escrever sob). Corresponde a um uso relativamente recente. Em tempos mais recuados, em lugar da subscriptio era usual recorrer à inscriptio (aposição do nome no cabeçalho). Também é recente a convenção de que para o comprometimento do autor com o documento basta a aposição do respetivo nome, que substituiu o anterior recurso à redação de fórmulas mais ou menos padronizadas de assunção da autoria (F. CARNELUTTI, a pp. 234 e 238).



### 3.6 Recursos eletrónicos capazes de imprimir segurança ao documento eletrónico

Ao nível legislativo a Política de Segurança da Informação em Portugal está padronizada através da norma ISO/IEC17799:2005 e, influenciada pelo inglês British Standard BS 7799.

Segundo Moreau (2003, p. 170) a identificação dos riscos informáticos deve ter em atenção:

*“Os riscos relativos aos processos operacionais induzidos pelo Sistema de Informação e, por outro, os riscos inerentes à função informática (organização, recursos humanos, tecnologias informáticas e materiais, forma de gestão e funcionamento”.*

Um modelo possível que dê suporte à segurança da Informação integra, segundo a figura 7, a dimensão operacional como principal fator de destaque.

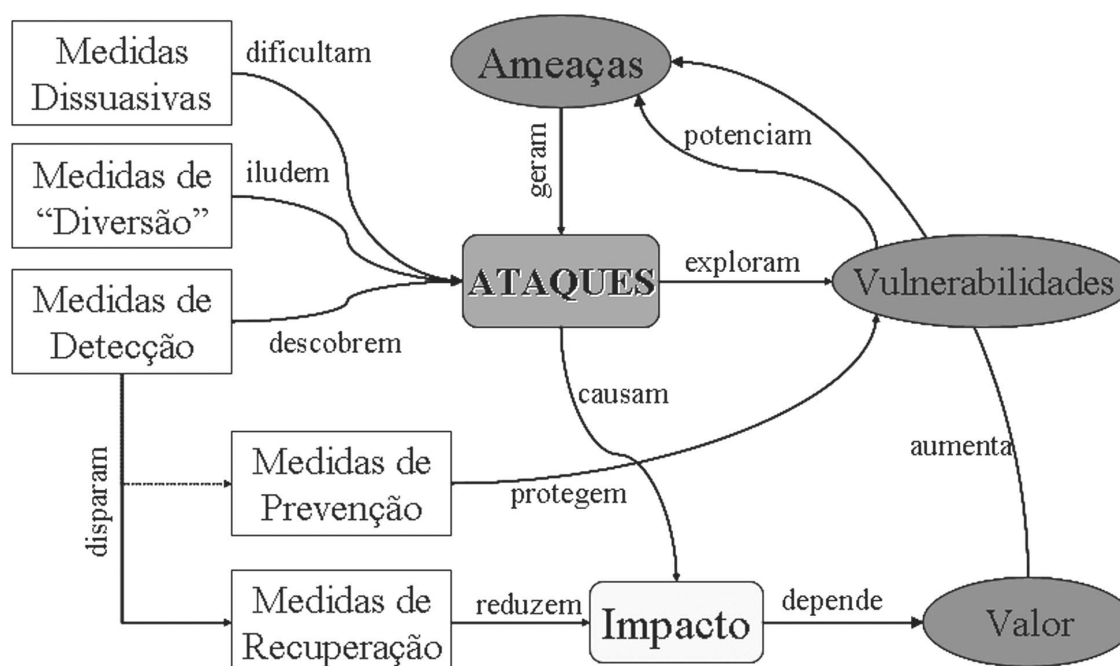


Figura 5 – Modelo de Suporte à Norma ISO /IE/ 17799

Fonte: Santos, 2006, p. 2

A implementação deste modelo de segurança da Informação requer a identificação correta de todas as ameaças que possam ocorrer, as vulnerabilidades e o panorama dos ataques a que o Sistema de informação está sujeito. Através desta análise, a empresa poderá constituir uma Política de Segurança eficaz no sentido de definir todas as medidas necessárias para implementar um sistema de segurança da informação eficiente e rigoroso (Santos, 2008). Tal como refere o autor, um ataque corresponde a um conjunto de ações que exploram as vulnerabilidades do sistema com o intuito de provocar impacto nos recursos.

A nível de internet, podemos salientar que como suporte tecnológico da sociedade em rede produz alterações de poder, isto porque suporta o ciberterrorismo, a cibercriminalidade e a ciberwarfare (Hildreth, 2001). Assim sendo, a exploração da internet requer por parte dos Estados, Organizações e dos indivíduos, uma atitude altamente responsável, sob a ameaça de exploração das vulnerabilidades deste meio e como consequência por em risco a Segurança da Informação (Martins e Nunes, 2008).

Segundo a UNESCO, o ciberespaço atualmente, representa um novo ambiente humano e tecnológico de informação, transações económicas e de expressão, e ao mesmo tempo, fornece e requisita informação, interliga a infraestrutura de telecomunicações, a qual permite o processamento da informação de forma digital (Balsinhas, 2003). Os ataques contra os sistemas de informação via internet são permitidos através dos ciberespaços, provocando muitas das vezes, graves incidentes, motivados pela destruição de sistemas informáticos. Como exemplo, podemos salientar os sistemas de informação dos bancos ou das bolsas, do controlo aéreo nos aeroportos, dos serviços de emergência, da sinalização das grandes cidades.

Na sua maioria, as arquiteturas de redes são organizadas como um conjunto de camadas ou níveis, e, cada nível é disponibilizar um conjunto de serviços ou operações para o nível acima. As entidades de cada camada, utiliza protocolos que se relacionam e responsabilizam pelos serviços. Este modelo é suportado pelo protocolo “Transmission Control Protocol - Internet Protocol (TCP - IP)”. Assim sendo, segundo Marques e Guedes (1998, p. 144), tendo em conta as ameaças, existe

*“Uma lista exaustiva de ameaças e da forma de as materializar em ataques ao sistema, é possível definir de forma clara, política de segurança e os meios de proteção necessários”*

Segundo Tipton and Krause (2004); Young and Aitel (2004) e Santos (2008), pode-se considerar que os ataques às redes de computadores são desenvolvidos em quatro fases:

- ◆ Levantamento, (Profiling), que procura localizar e identificar a rede da organização a atingir,
- ◆ Quais os computadores e serviços ativos, vulnerabilidades existentes
- ◆ Enumeração, que tem como finalidade apropriar-se de contas do utilizador ou de direito de acesso a partilhas em máquinas de rede
- ◆ Exploração, que tem como finalidade alterar a disponibilidade, confidencialidade ou a integridade da informação a que se teve acesso.

As principais tecnologias de Segurança da Informação que se devem implementar nas empresas segundo McNab, (2004) e Clarke e Nitesh, (2005) são:

- Routers, primeira tecnologia de segurança de rede de fora para dentro, são dispositivos que contribuem para a defesa em forma de profundidade. São constituídos como filtros de pacotes, na análise de fluxos de tráfego, e permitem maior rapidez que os outros tipos de *firewall*.
- Firewall, são dispositivos que possuem um conjunto de regras específicas que determinam o tipo de tráfego que é permitido entrar ou sair da rede, e assim deste modo, diminuem a possibilidade de entrada de software malicioso.
- IDS, são dispositivos que funcionam como sistemas instalados na rede, detetam e alertam um evento anormal, existem dois tipos de IDS, os baseados na rede (NIDS) e os baseados nos hosts (HIDS).
- Antivírus, dispositivos que detetam e removem, códigos maliciosos no sistema, necessitam de atualizações constantes

- Virtual Private Network (VPN), constituem dispositivos que permitem que os utilizadores externos participem na rede interna como se estivessem conectados a ela.
- Criptografia, representa uma técnica de segurança que garante canais de comunicação seguros, e evita que a informação seja perceptível a quem não possuir uma chave de segurança.

Como forma de conclusão, a política de segurança de informação deve incluir uma definição clara dos objetivos propostos, ser conhecida por todos os funcionários e colaboradores, definir de forma clara o papel dos diversos níveis da organização e deve estar apoiada nos manuais sobre a segurança da informação disponibilizados pela norma específica.

### **3.7 Criptografia História e conceito**

Ao longo dos anos, com a evolução tecnológica e dos meios de comunicação, a complexidade existente em ocultar a mensagem escrita tem acompanhado de forma exponencial esta evolução. Existe cada vez mais uma necessidade de guardar um segredo, havendo no entanto sempre alguém que o quer descobrir.

Esta ocultação das mensagens pode ser efetuada através de técnicas como a esteganografia, expressão que surge do grego “*steganos*”, que designa coberto e “*graphien*” que designa escrever.

Da mesma forma, e com a mesma finalidade, a ocultação da mensagem, a criptografia, deriva igualmente de dois vocábulos gregos “*kryptos*” que designa oculto e “*graphien*”. Esta técnica não esconde a mensagem mas somente oculta o seu significado.

É importante referir que os primeiros sistemas criptográficos que surgiram eram do tipo criptografia simétrica ou de chave secreta. São sistemas em que existe somente uma chave de cifração e os processos de cifração e decifração são simétricos (Buchmann, 2000).

Ao nível histórico a criptografia corresponde a um conjunto de técnicas que procuram tornar possível a comunicação secreta entre dois agentes, sobre um canal aberto. É uma técnica que atualmente, tem como finalidade dar resposta a inúmeras propriedades do processo comunicativo para além da confidencialidade, tais como a integridade, autenticidade e anonimato.

A criptografia já existe há muitos anos, associada a atividades militares e diplomáticas. A segurança nesta altura estava dependente do segredo que rodeava as técnicas utilizadas. Esta tendência era visível no século XX, especificamente durante a I e II Guerra Mundial. Somente mais tarde, nos anos 1970, surgiu como importante área de investigação académica. Atualmente, é bastante reconhecida a sua importância com a finalidade de eliminar o obscurantismo como fator de segurança dos sistemas criptográficos.

A tabela seguinte demonstra as várias datas de evolução da criptografia

1948-1949	Claude Shannon desenvolve a Teoria da Informação e enquadra o estudo da Criptografia nessa teoria.
1970-1977	Desenvolvimento e Standartização do Data Encryption Standard (DES).
1976	Primeiro paper de Diffie e Hellmann definindo os princípios da criptografia de chave pública
1978	Rivest, Shamir e Adleman descobrem a primeira cifra assimétrica: o RSA.
1985	Descoberta da cifra assimétrica El Gamal
1995	Standartização do Digital Signature Algorithm
2001	Escolha do substituto do DES: Advanced Encryption Standard (AES).

O trabalho da criptografia é a transformação de um texto simples num texto cifra, ou seja, uma mensagem após ser criptada.

Para que se possa avaliar a segurança numa técnica de Criptografia deve-se assumir que esta é do conhecimento de alguns potenciais inimigos.

Existem dois tipos de ataques que dependem das faculdades do adversário:

- **O ataque passivo.** Que atribui ao adversário somente a capacidade de escutar o canal de comunicação.
- **O ataque ativo,** que atribui-se de forma adicional para manipular a informação que circula no canal de comunicação, no sentido de poder alterar, bloquear, injetar as mensagens.

Nos nossos dias, com a utilização do computador pelo cidadão, a criptografia assume deste modo, um papel fundamental, nomeadamente, o código multibanco e a assinatura digital no cartão de cidadão. Assim sendo, os principais objetivos da criptografia são:

- **A *confidencialidade***, pois mantém o conteúdo da informação secreto para todos os usuários exceto para as pessoas que tenham acesso à chave
- **A *integridade da informação*** que assegura que não se dê nenhuma alteração, seja intencional ou não, da informação por pessoas não autorizadas.
- **A *autenticação da informação*** que é utilizada para a identificação de pessoas ou processos com quem se estabelece a informação
- ***Não repudição***, que evita que alguma das partes envolvidas na comunicação negue o envio ou a receção de uma informação.

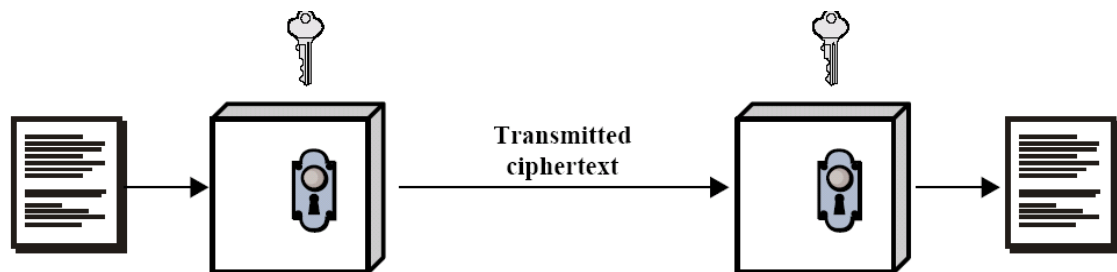
A criptografia utiliza ao longo dos anos cifras diferentes, especificamente, as cifras de transposição, em que cada letra conserva a sua identidade, embora altere a sua posição na mensagem, e as cifras de substituição, como o nome indica é substituída uma letra por um símbolo, sem alterar a sua posição na mensagem.

Exemplo de cifras de transposição: a palavra “ser” pode ser cifrada em 5 anagramas distintos: RES, SER, ERS, ESR e SER.

Exemplo de cifras de substituição: a mesma palavra “ser” pode ser cifrado em muitos símbolos: R3S, S§R, E5R, S£R.

### 3.8 Criptografia simétrica

A criptografia simétrica designa-se por criptografia de chave secreta. Os algoritmos que utilizam a criptografia simétrica têm tendência para serem mais rápidos, embora não sejam tão seguros como os que utilizam a criptografia assimétrica. A sua principal vantagem é a simplicidade, pois apresenta uma facilidade de uso e rapidez na execução dos processos criptográficos. Assim, se as chaves que forem utilizadas forem complexas, por consequência, a elaboração do algoritmo da chave privada é fácil, embora seja mais suscetível de ser decifrada pelos adversários.



**Figura 6 – Criptografia Simétrica**

Fonte: gentebeta.com

A criptografia simétrica é constituída por três algoritmos SE = (K, E, D).

Numa comunidade de (n) agentes, o estabelecimento de canais seguros (utilizando cifras simétricas) requer a partilha de

$$x = \frac{n * (n - 1)}{2} \text{ Chaves}$$

► Tipos de cifradores simétricos:

- De bloco: os dados são processados em blocos
- De fluxo: os dados são processados bit-a-bit ou byte-a-byte

► Alguns cifradores simétricos:

- DES
- IDEA
- RC5
- Blowfish
- CAST-128
- RC2

O *Advanced Encryption Standard* (DES) representa um mecanismo de cifragem simétrica que foi desenvolvido nos anos 1970, e utiliza a chave de 56 bits, aplicada a blocos de dados com 64 bits. O objetivo do algoritmo é que seja difícil o cálculo da chave (K), mesmo que o adversário conheça o algoritmo (DES), uma mensagem cifrada (C) e uma mensagem original M:  $C = \text{DES}(K, M)$ .

O *International Data Encryption Algorithm* (IDEA) surgiu em 1991 por James Massey e Xuejia Lai e possui patente da suíça ASCOM Systec. Neste sistema, o algoritmo é estruturado seguindo as mesmas linhas gerais do DES. Mas na maioria dos microprocessadores, uma implementação por software do IDEA é mais rápida do que uma implementação por hardware do DES. O IDEA é utilizado principalmente no mercado financeiro e no PGP, o programa para criptografia de e-mail pessoal mais disseminado no mundo.

O *Blowfish* representa um algoritmo desenvolvido por Bruce Schneier que oferece a escolha entre a maior segurança ou desempenho por meio de chaves de tamanho variável.



O *CAST-128* é um algoritmo de cifra de bloco, que foi criado em 1996 por Carlisle Adams e Stafford Tavares. O CAST-128 é um algoritmo de Feistel, com 12 a 16 iterações da etapa principal, tamanho de bloco de 64 bits e chave de tamanho variável (40 a 128 bits, com acréscimos de 8 bits). Os 16 rounds de iteração são usados quando a chave tem comprimento maior que 80 bits

O *RC2* foi projetado por Ron Rivest (o R da empresa RSA Data Security Inc.) e utilizado no protocolo S/MIME, está centrado para criptografia de e-mail corporativo. Também possui chave de tamanho variável. Rivest também é o autor dos algoritmos RC4, RC5 e RC6.

### 3.9 Criptografia assimétrica

A criptografia assimétrica é baseada no uso de **duas chaves** : **pública** (do conhecimento de todos) e **privada** (não deve nunca ser revelado.)

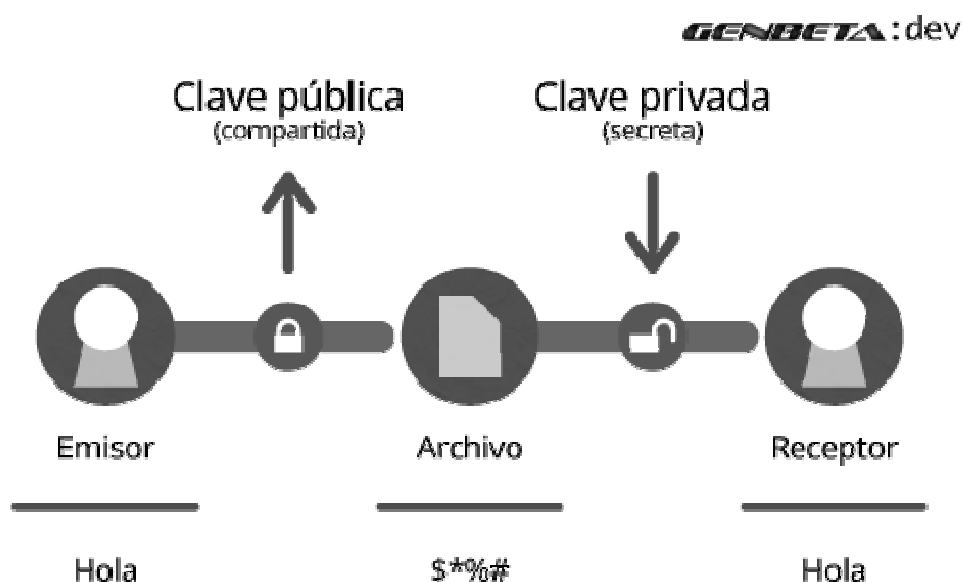


Figura 7 – Criptografia assimétrica

A criptografia assimétrica surgiu na década de 1970, através do matemático Clifford Cocks que trabalhou no serviço secreto inglês, o GCHQ. Este sistema utiliza duas chaves diferentes assimétricas e complementares, uma chave privada e uma chave pública. Estas chaves são arquivos digitais mais complexos.

No exemplo, existe um cadeado comum que protege um bem determinado, a mensagem é este bem e o cadeado, que pode ficar exposto representa a chave pública. Embora, somente quem tiver a chave particular que conseguirá abrir o cadeado e poderá, como resultado acessar à mensagem. Representa um sistema bastante seguro, embora seja mais demorado.

Principais algoritmos de chave pública ou criptografia assimétrica:

- ▶ RSA
- ▶ ElGamal
- ▶ Diffie-Elman
- ▶ Curvas Elípticas

*O RSA* é um algoritmo assimétrico que possui este nome devido aos seus inventores: Ron Rivest, Adi Shamir e Len Adleman, que o criaram em 1977 no MIT. Atualmente, é o algoritmo de chave pública mais amplamente utilizado, além de ser uma das mais poderosas formas de criptografia de chave pública conhecidas até o momento. O RSA utiliza números primos. A premissa por trás do RSA consiste na facilidade de multiplicar dois números primos para obter um terceiro número, mas muito difícil de recuperar os dois primos a partir daquele terceiro número.

*O ElGamal* é outro algoritmo de chave pública utilizado para gerenciamento de chaves. A Sua estrutura funcional difere da utilizada no RSA, mas também é um sistema comutativo. O algoritmo envolve a manipulação matemática de grandes quantidades numéricas. A sua segurança advém de algo denominado problema do logaritmo discreto. Assim, o ElGamal obtém a sua segurança da dificuldade de calcular

logaritmos discretos em um corpo finito, o que lembra bastante o problema da factoração.

*O Diffie-Elman* é igualmente, baseado no problema do logaritmo discreto, e o criptossistema de chave pública mais antigo ainda em uso. O conceito de chave pública, aliás foi introduzido pelos autores deste criptossistema em 1976. Contudo, não permite nem o ciframento nem a assinatura digital. O sistema foi projetado para permitir a dois indivíduos entrarem num acordo ao compartilharem um segredo tal como uma chave, muito embora eles somente troquem mensagens em público. *Os sistemas criptográficos de curvas elípticas* consistem em modificações de outros sistemas (o ElGamal, por exemplo), que passam a trabalhar no domínio das curvas elípticas, em vez de trabalharem no domínio dos corpos finitos. Eles possuem o potencial de proverem sistemas criptográficos de chave pública mais seguros, com chaves de menor tamanho

A tabela seguinte demonstra as diferenças principais entre a criptografia simétrica e assimétrica (Machicau et al., 2010).

**Tabela 1 – Diferenças entre a Criptografia simétrica e assimétrica**

<b>Criptografia Simétrica</b>	<b>Criptografia Assimétrica</b>
É simétrica tanto para o algoritmo de cifragem quanto para o algoritmo de decifragem	A criptografia usa duas chaves diferentes, porém matematicamente relacionadas, para criptografar e descriptografar dados
É mais rápida	A criptografia assimétrica é mais completa, portanto é muito mais lenta
O uso da mesma chave para cifragem e decifragem	Essas chaves são conhecidas como chaves privadas e chaves públicas
Os principais algoritmos de criptografia usados na criptografia simétrica são: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ RC2 (128 bits);</li> <li>▪ 3DES (Triple Data Encryption Standard);</li> <li>▪ AES (Padrão de criptografia avançada);</li> </ul>	Somente uma parte mantém a chave privada, as demais partes pela chave pública. Os dados criptografados pela chave pública, só podem ser descriptografados pela chave privada;

### 3.10 Assinatura digital

Todo o sistema de criptografia assimétrica e de chave pública pode ser igualmente, utilizado através da assinatura digital. O indivíduo que assina utiliza a sua chave privada para criptografar uma determinada mensagem. Da mesma forma que uma assinatura de papel, consiste num bloco de informação que se adiciona à mensagem e, que comprova a identidade do emissor. Cumprem assim um papel análogo ao das *assinaturas correntes* que associam documentos a pessoas.

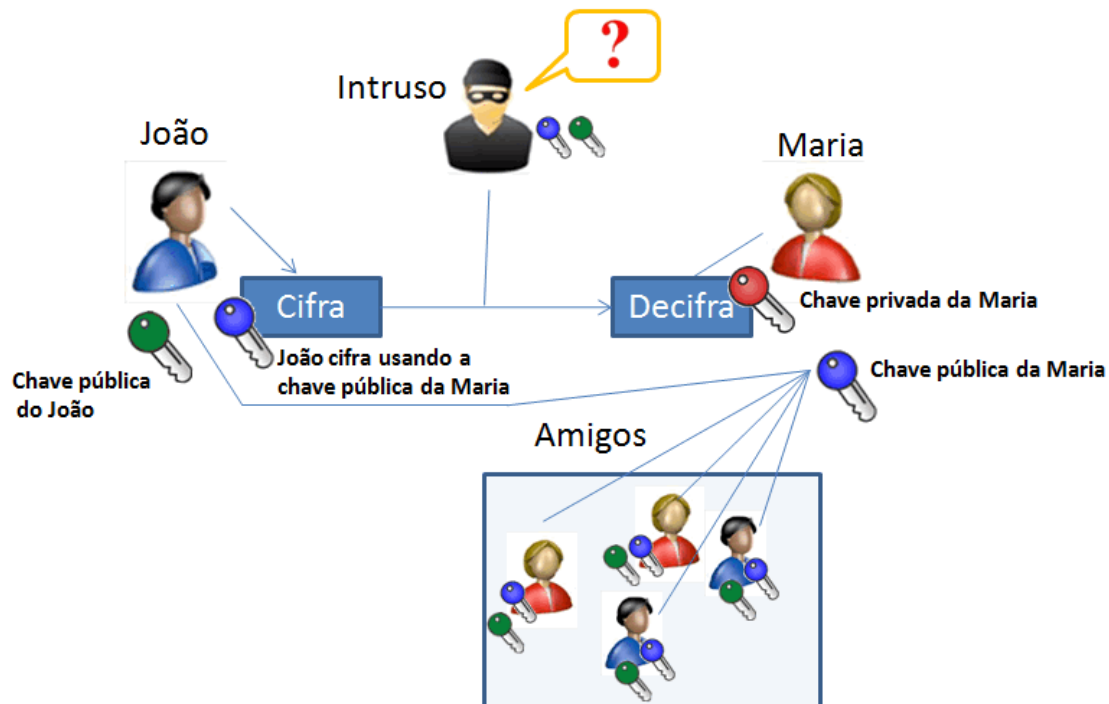


Figura 8 – Assinatura Digital

O processo de assinatura digital está baseado numa inversão do sistema, onde pode ser descrito como o emissor cifra, que atesta a autenticidade. A mensagem com a chave privada é enviada através de um processo designado por assinatura digital e, cada

um recebe a mensagem e verifica a sua validade, utilizando a chave pública do emissor. Ao nível de segurança, a assinatura digital garante:

- *Autenticidade*: no caso em que o destinatário deve confiar na identidade do signatário
- *Integridade*: situação em que o documento que é objeto de assinatura não é manipulado
- *Não repudiável*: no caso em que o signatário não pode negar, que assinou o documento.

### **Principais algoritmos de assinatura digital**

- ▶ RSA
- ▶ ElGamal
- ▶ DSA

*O RSA* também é comutativo e pode ser utilizado para a geração de assinatura digital. A matemática é a mesma, há uma chave pública e uma chave privada, e a segurança do sistema baseia-se na dificuldade da factoração de números grandes

*O ElGamal* também é comutativo, pode ser utilizado tanto para assinatura digital quanto para o gerenciamento de chaves; assim, obtém a sua segurança da dificuldade do cálculo de logaritmos discretos num corpo finito.

*O Digital Signature Algorithm (DSA)*, destinado só a assinaturas digitais, foi proposto pelo NIST em agosto de 1991, para utilização no seu padrão Digital Signature Standard (DSS). Adotado como padrão final em dezembro de 1994, trata-se de uma variação dos algoritmos de assinatura ElGamal e Schnorr.

O DL n.º 62/2003 manteve no art. 2.º a definição de assinatura digital, que apenas passou da al. c) para a atual al. d), e nela modificou a frase “processo de assinatura eletrónica” para “processo de assinatura eletrónica avançada”, adaptando assim a redação (neste como em muitos outros pontos), à nova terminologia.

A lei portuguesa define a assinatura eletrónica como “o resultado de um processamento eletrónico de dados suscetível de constituir objeto de direito individual e exclusivo e de ser utilizado para dar a conhecer a autoria de um documento eletrónico”<sup>56</sup>.

Ao nível do nosso país, as questões que estão relacionadas com a admissibilidade de documentos eletrónicos ainda estão em aberto, sendo adotada pelos tribunais, uma postura cautelosa. Assim sendo, está descrito no artigo 3.º LDE que:

*1. O documento eletrónico satisfaz o requisito legal de forma escrita quando o seu conteúdo seja suscetível de representação como declaração escrita.*

*2. Quando lhe seja aposta uma assinatura eletrónica qualificada certificada por uma entidade certificadora credenciada, o documento eletrónico com o conteúdo referido no número anterior tem a força probatória de documento particular assinado, nos termos do artigo 376.º do Código Civil.*

*3. Quando lhe seja aposta uma assinatura eletrónica qualificada certificada por uma entidade certificadora credenciada, o documento eletrónico cujo conteúdo não seja suscetível de representação como declaração escrita tem a força probatória prevista no artigo 368.º do Código Civil e no artigo 167.º do Código de Processo Penal.*

*4. O disposto nos números anteriores não obsta à utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos eletrónicos, incluindo outras modalidades de assinatura eletrónica, desde que tal meio seja adotado pelas partes ao abrigo de válida convenção sobre prova ou seja aceite pela pessoa a quem for oposto o documento.*

---

<sup>56</sup> Art. 2.º/b) LDE. Note-se que o DL n.º 62/2003, de 3 de abril, que alterou a LDE, transpôs para o direito interno a Diretiva n.º 1999/93/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro.

*5. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o valor probatório dos documentos eletrónicos aos quais não seja aposta uma assinatura eletrónica qualificada certificada por entidade certificadora credenciada é apreciado nos termos gerais de direito.*

A Diretiva 1999/93 e o DL 62/2003 (art. 2º, al. b)) vieram, consagrar a aceção mais ampla de assinatura eletrónica: «resultado de um processamento eletrónico de dados suscetível de constituir objeto de direito individual e exclusivo e de ser utilizado para dar a conhecer a autoria de um documento eletrónico»

### **3.11 Certificação eletrónica**

Os certificados digitais são ficheiros eletrónicos autenticados com uma assinatura digital, que têm como objetivo a identificação das pessoas e as transações eletrónicas com segurança.

Existem dois tipos de certificados digitais:

- Certificado do tipo A1, que é válido por 12 meses, tendo como ponto de partida a data de solicitação.
- Certificado do tipo A3, que tem a validade de 36 meses, e são mais seguros que os certificados do tipo A1, pois são certificados que são gerados e gravados num *token* ou *Smart Card*.

Existe igualmente, o **Sistema de Certificação Eletrónica do Estado (SCEE)** o qual foi criado pelo Decreto-lei nº 116-A/116, de 16 de Junho de 2006, com o objetivo de assegurar a unidade, integração e a eficácia dos sistemas de autenticação digital nas relações eletrónicas entre indivíduos singulares e coletivas com o Estado e, entre as entidades públicas. O SCEE funciona de forma independente de outras infraestruturas de chaves públicas de natureza privada, só que apresenta a particularidade de permitir a interoperabilidade com as várias infraestruturas.

Os documentos eletrónicos podem ser considerados como documentos escritos, embora seja necessário a análise das condições do seu valor probatório, no que se

relaciona com a assinatura legal do documento escrito pelo autor (artigo 373º, nº 1 do CC).

Para além da ligação entre a chave pública e o titular, o certificado digital fornece igualmente, uma ligação indireta à correspondente chave privada, no sentido de garantir a autenticidade e não-repúdio na comunicação. O formato que mais se utiliza para certificados digitais é definido pela norma X.509 da ITU (International Telecommunications Union).

Um certificado digital é constituído por:

- a) Uma versão de certificado que identifica a versão do certificado X.509
- b) O número de serie que identifica o certificado emitido pela TTP
- c) Algoritmo de assinatura,
- d) Período de validade do certificado, que constitui o intervalo de tempo durante o qual a TTP garante o conteúdo do certificado
- e) Identificação do titular, com o nome do titular
- f) Chave pública

Ao nível europeu, a Diretiva nº 1999/93/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Dezembro, descreve as normas essenciais para a assinatura digital.

Ao nível nacional, é o Decreto-Lei nº 290-D/99 de 2 de Agosto, aprovou o regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura digital, posteriormente revisto pelo Decreto-Lei nº 62/2003, de 3 de Abril e seguido pelo Decreto-Lei nº 165/2004, de 6 de Julho.



## **6. Conclusão**

Ao finalizar o trabalho que aqui apresento, é tempo de refletir, analisar e crescer com tudo aquilo que foi desenvolvido. Espero que, com muito mais luzes do que sombras, aquilo que agora se conclui possa constituir um farol para quem, como eu, se interessa por esta área, sempre na procura constante de ser melhor profissional e melhor pessoa.

De qualquer forma, deverá ser também dado assente para o investigador que existem sempre variáveis que estão fora do seu controlo, pelo que, o trabalho acabará por reunir apesar do seu esforço, algumas limitações. A este gesto de humildade deve ser associada a ideia de que as brechas existentes numa investigação são também positivas, na medida, em que podem servir de ponto de partida para novas investigações.

Desde que assim se pretenda, uma investigação nunca está concluída e pode sempre servir de base para o surgimento de novas inquietações e consequentes estudos, daí que a ciência, em qualquer dos seus domínios, seja uma área incompleta por natureza e daí a sua riqueza particular.

O presente trabalho teve como objetivo principal a realização de um estudo de investigação sobre o valor probatório do Documento Eletrónico no Direito Português. Dada a escassez de estudos no que se refere a este tema, bem como a frequente complexidade associada ao mesmo, decidiu-se recorrer à análise da jurisprudência e principal legislação em vigor, no que se refere à Prova e ao Documento.

Ficou claro que no que respeita ao direito probatório as questões que são discutidas no direito português não diferem das discutidas, essencialmente, no que respeita ao direito processual civil.

Com a análise que se efetuou em relação à prova no processo civil e penal e igualmente, no estudo da jurisprudência ficou claro que o regime da prova testemunhal,

documental e pericial é semelhante no processo civil, penal e tributário; a identidade é mais acentuada no direito processual civil e processo tributário, isto porque, o direito processual civil existe uma aplicação subsidiária no que está referido no artigo 2º do CPPT.

É visível que pela evolução dos meios de informáticos a sociedade de informação utilizará cada vez mais processos e documentos eletrónicos. É essencialmente, a existência do cartão de cidadão terá contribuído para a adoção de processos eletrónicos e utilização de documentos eletrónicos.

Neste trabalho, deu-se grande importância ao princípio da livre apreciação da prova e o ónus da prova, em que o primeiro se define com a máxima “as provas não valem só por si” e, o ónus da prova com a premissa de que “a justiça não se faz sozinha”. Neste contexto, poderá concluir-se que o princípio da livre apreciação da prova é aplicado a todos os ramos do direito. E, o ónus da prova tem na escolha dos meios de prova adequados para cada caso, fazerem valer o seu direito. Assim sendo, se o princípio da livre apreciação da prova tem como base o juiz, o princípio do ónus da prova tem a parte, isto porque inclui não só a escolha das provas mas, os meios de obtenção das mesmas.

No que está relacionado com as assinaturas eletrónicas a lei em Portugal determina os efeitos jurídicos da sua oposição a um documento eletrónico. As consequências que resultam da oposição de uma assinatura eletrónica constituem si, uma opção soberana do legislador nacional.

De uma forma geral, a posição da legislação em Portugal em relação ao valor jurídico dos documentos eletrónicos e das assinaturas eletrónicas, não pode deixar de elogiar a postura progressista do legislador pátrio, no sentido de aceitar a sua utilização sempre que a lei a imponha.

É de salientar que com a disseminação da internet e dos negócios, atualmente, realizados por computador, aumentam as dúvidas e problemas da aplicação jurídica das novas tecnologias, e surge uma nova área de atuação do direito eletrónico, que tem como escopo adequar a interpretação da legislação em vigor aos constantes avanços

tecnológicos, com a finalidade assegurar que a internet não seja um “escritório” onde a lei não atua (Sicurezza, 2009).

Assim, a vulnerabilidade dos dados eletrónicos, bem como a possibilidade de adulteração dos arquivos digitais, pode estar presente cada vez mais. A legalidade dos documentos eletrónicos e os trâmites dos processos legais para torna-los prova. Abordamos que a assinatura eletrónica pode ser uma mais-valia para a segurança de alguns processos e documentos eletrónicos. Igualmente, ficou claro que a verificação da autenticidade e integridade de qualquer tipo de dados, facultada pelas assinaturas eletrónicas, ao nível geral e particular, não prova a identidade do signatário. Pelo que se torna necessário, tendo como base a prática consagrada, instituir um sistema de confirmação através de entidades certificadoras, as quais terão como responsabilidade assegurar os elevados níveis de segurança do sistema.

Esperamos convictamente que este estudo possa contribuir, em maior ou menor grau, para o enriquecimento da minha experiência pessoal e profissional, que seja um estímulo/motivação para continuar a debruçar-me sobre este género de problemática. Pretendo aprofundar a cada dia que passa os meus conhecimentos de forma a poder aplicá-los na prática visando sempre uma melhor atitude, comportamento e desenvolvimento.

## Bibliografia

- ADELINO DA PALMA CARLOS, Linhas Gerais do Processo Civil Português, 1991, p. 21
- ANA LUÍSA PINTO, A Celeridade no Processo Penal: O Direito à Decisão em Prazo Razoável, p. 75 e Acs TC 680/98, 281/2005 e 63/2005 ali citados
- BILL GATES “Rumo ao Futuro” Mac Grow Hill – 1995, p.2
- BUCHMANN, J. (2000). Introduction to Cryptography. Springer-Verlag, New York.
- CLARKE, Justin and NITESH, Dhanjani (2005). *Network Security Tools*. O’Reilly, United States of America
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em Rede, São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.29.
- CAVALEIRO DE FERREIRA, Curso de Processo Penal, II, p. 289
- CASTELLS, Manuel, A Galáxia Internet, 2001
- DURANTI, L. AND PRESTON, R., eds. (2008). International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems (InterPARES) 2: Experiential, Interactive, and Dynamic Records. Padova: Associazione Nazionale Archivistica Italiana.
- FERNANDO PEREIRA RODRIGUES, (2008). “A Prova em Direito Civil”, p. 11;
- CURSO DE PROCESSO PENAL, II Volume, Lisboa, São Paulo, Editorial Verbo, 4ª edição revista e atualizada, 2008, p. 148.
- FONSECA, Isabel Celeste M., (2006). “Direito Processual Administrativo – Roteiro Prático”, 2ªEdição, Almeida & Leitão, Porto, 2006;
- FRANCISCO DA COSTA OLIVEIRA. (2004). Defesa Criminal Activa – guia da sua prática forense; Coimbra, Almedina, 2004; p.50.
- HILDRETH, Steven (2001). Cyberwarfare, Report for Congress U.S. Congressional Research Service, the Library of Congress, United States of America.

- JORGE MIRANDA E RUI MEDEIROS, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo III, Coimbra Editora, Coimbra, 2007, pág. 209;
- LOPES, João Batista, 2002, p.19
- McNAB, Chris (2004). Network Security Assessment. O'Reilly, United States of America.
- MARTINS, Ana Maria (2008). "Investigating language change in a comparative setting". *Questions on Language Change*, ed. Maria Clotilde Almeida, Bernd Sieberg & Ana Maria Bernardo. Lisboa: Colibri/Centro de Estudos Alemães e Europeus. 99-116.
- MAIA GONÇALVES, Código de Processo Penal anotado, p. 855
- MARQUES FERREIRA, Jornadas de Direito Processual Penal, O Novo Código de Processo Penal, 1988, 229/30
- MARCELLO CAETANO, História do Direito, p. 328
- MIGUEL LEMOS, (1998). "Estar na Internet" Edição Mac Grow Hill" 1998 – p. 2
- MENDES, Paulo Sousa, (2004). As Proibições de Prova no Processo Penal, Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais, coordenação científica de Maria Fernanda Palma, Coimbra, Almedina, 2004, p. 133
- NEGRAPONTE, Nicholas. (1995). A vida Digital, 2ª ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.157
- NEGRAPONTE, Nicholas. A vida digital, p.10.
- NEVES, Rosa Vieira, (2011). A Livre Apreciação da Prova e a Obrigação de Fundamentação da Convicção, Coimbra; Coimbra Editora, 2011, p. 57.
- RUI RANGEL (1998). "A Prova e a Gravação de Audiência no Direito Processual Civil", Edições Cosmos, Lisboa, 1998, pág. 27
- SANTOS, Henrique (2008). *Apontamentos de Segurança Digital*, Pós-Graduação em Guerra de Informação/Competitive Intelligence, Academia Militar, Lisboa
- Taruffo, M. (2006). *Poteri Probatori delle Parti e del Giudice in Europa*, in Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile, Milano, 2006 (N.º2), p. 451-483

- TIPTON, F. Harold and KRAUSE, Micki (2004). *Information Security Management Handbook*. 5th Edition, Averbach, United States of America.
- YOUNG, Susan and AITEL, Dave (2004). *The Hacker's Handbook*. Averbach, United States of America